



Usinas Termelétricas do Pecém - CE

# ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

A MPX inicia 2013 entregando energia firme para o País através das usinas termelétricas de Pecém I, no Ceará, Itaqui e Parnaíba I, no Maranhão. A conclusão dessas usinas consolida a MPX como uma empresa operacional, de grande porte e com destacado papel no setor de energia brasileiro.

Entre 2012 e 2013, somando ainda as usinas Pecém II e Parnaíba II, a MPX adicionará 2.800 MW ao sistema elétrico brasileiro, contribuindo para suportar o crescimento do Brasil.

O investimento da companhia ultrapassa R\$ 9 bilhões, gerando emprego e renda, e estimulando o desenvolvimento regional. No auge das obras, as usinas empregaram mais de 13.000 pessoas, priorizando a contratação de mão-de-obra local, com excelentes índices na gestão de segurança, saúde e meio ambiente.

**MPX: investindo para um  
Brasil maior e melhor.**



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,  
A Administração da MPX Energia S.A. ("MPX"), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

### 1. Mensagem da Administração

A MPX inicia 2013 fornecendo energia firme para o país, através das usinas termelétricas de Pecém I, no Ceará, Itaquí e Parnaíba I, no Maranhão. O início da geração comercial nestas usinas consolidou a posição da MPX como uma empresa operacional, de grande porte e com destacado papel no setor de energia brasileiro. A companhia já investiu mais de R\$ 9 bilhões no país, gerando emprego e renda, e estimulando o desenvolvimento regional. Nossas obras chegaram a empregar treze mil pessoas, priorizando a contratação de mão-de-obra local, com excelentes índices na gestão de segurança, saúde e meio ambiente.

2012 foi um ano de desafios, que certamente contribuíram para o desenvolvimento de nossa Companhia e prepararam o nosso time para conquistas ainda maiores. Enfrentamos grandes obstáculos na implantação de nossos empreendimentos, principalmente no ano que passou, nos vimos obrigados a assumir as obras das termelétricas de Pecém e Itaquí. Nossa decisão resultou numa gestão mais eficiente, permitiu-nos retomar o ritmo das obras e, recentemente, obter autorização para início de operação comercial de Itaquí e da primeira unidade geradora de Pecém I. No começo do ano corrente, iniciamos também operações na bacia do Parnaíba, naquele que será o maior pólo de geração integrada a gás do Brasil. A primeira turbina da usina Parnaíba I foi autorizada pela ANEEL a gerar comercialmente em 1º de fevereiro de 2013, menos de 2 anos após o início da implantação do empreendimento. Parnaíba é um grande exemplo de nossa capacidade de nos redefinir e gerar valor em um mercado em constante evolução. Através de um projeto integrado de exploração e produção de gás natural, capitalizamos nossas sinergias com a O&G e criamos uma plataforma de negócios diferenciada.

Seria difícil falar de 2012 sem falar do futuro. No início do ano, firmamos a parceria com a alemã E.ON AG, uma das maiores empresas globais de energia, objetivando alavancar nossas significativas complementariedades para capturar as muitas oportunidades de crescimento que o setor de energia brasileiro deverá proporcionar ao longo dos próximos anos. Estruturamos a nova empresa em tempo recorde e já em agosto, anunciamos a aquisição de projetos eólicos no nordeste do Brasil, concretizando nossa entrada neste que é um dos segmentos em mais rápida expansão no país.

São diversos os desafios que ainda temos pela frente, mas com estes virão oportunidades. Ao longo de 2013, os demais empreendimentos ainda em fase de implantação irão iniciar operação e atingiremos ao final do ano, apenas seis anos após nossa abertura de capital, uma capacidade comercial de aproximadamente 2 GW. Nossa missão é continuar contribuindo para o crescimento do país através da ampliação do parque gerador de base, com estratégias inovadoras que nos permitam continuar a criar plataformas de negócios com rentabilidade diferenciada.

**Eduardo Karrer**  
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

### 2. Principais eventos de 2012

- Em abril de 2012, a MPX e E.ON assinaram os acordos definitivos para a formação de uma parceria que objetiva alavancar as significativas complementariedades de ambas as companhias para acelerar o crescimento e desenvolver um negócio de energia maior e mais rentável no Brasil.
- Em maio de 2012, MPX e MMX firmaram um aditivo ao contrato para fornecimento de energia elétrica. Nos termos do aditivo, a MPX Comercializadora de Energia firmou com a MMX um contrato para a venda de energia no Mercado Livre, de janeiro de 2014 a dezembro de 2018, a um preço de R\$ 102/MWh (data-base de novembro de 2011). De janeiro de 2019 até maio de 2029, a MPX irá fornecer à MMX 200 MW médios, ao preço-base de R\$ 125/MWh (data base de maio de 2011), na modalidade de auto-produção, potencialmente a partir da UTE Parnaíba.
- Em julho de 2012, a MPX, em conjunto com a EDP-Energias do Brasil, assumiu as obras das UTEs Porto do Pecém I & II e Porto do Itaquí, visando garantir a gestão eficaz dos empreendimentos até sua conclusão.
- A MPX concluiu, em julho de 2012, um aumento de capital de R\$ 1,0 bilhão, através do qual a E.ON AG adquiriu 11,7% do capital da Companhia. Foram emitidas 22.623.796 novas ações, aumentando o número total de ações em circulação para 192.747.244.
- Em julho de 2012, a O&G Maranhão, uma joint-venture entre MPX e O&G, concluiu o teste de formação no poço O&G-88, acumulação de Bom Jesus, na Bacia terrestre do Parnaíba. O teste foi realizado em 36 metros de net pay de gás e as vazões obtidas nesse intervalo suportam o futuro desenvolvimento da acumulação.
- Em agosto de 2012, a MPX adquiriu, através de sua joint-venture com a E.ON AG, 100% do projeto greenfield de geração eólica Ventos, localizado no Rio Grande do Norte, com capacidade total de 600 MW.
- Em agosto de 2012, as ações ordinárias de emissão da Companhia foram desdobradas na razão de 1 para 3. O número total de ações em circulação passou para 578.241.732.
- Em agosto de 2012, a Corte Suprema do Chile anulou a licença ambiental da usina termelétrica Central Castilla, determinando que o licenciamento deverá considerar um novo estudo do impacto ambiental em conjunto com o porto que receberá o carvão para suprir a usina.
- Em setembro de 2012, a empresa coligada O&G Maranhão obteve licença de operação para início da produção e escoamento de gás natural nos campos Gavião Real e Gavião Azul, na Bacia do Parnaíba.
- Em outubro de 2012, a Usina Termelétrica Porto do Pecém I realizou a primeira sincronização de sua primeira unidade geradora (360 MW), com o Sistema Interligado Nacional.
- Em outubro de 2012, o IBAMA emitiu licença de operação para a UTE Porto do Itaquí.
- Em novembro de 2012, a MPX notificou a Star Energy Participações S.A. e a Bertin Energia e Participações S.A. acerca do exercício de uma opção para a aquisição da totalidade do capital social da UTE MC2 Nova Venécia, detentora de autorização para a construção de uma usina termelétrica com capacidade de 176 MW, no Estado do Espírito Santo.
- Em novembro de 2012, a Usina Termelétrica Porto do Itaquí (360 MW) realizou a primeira sincronização com o Sistema Interligado Nacional.
- Em dezembro de 2012, a Usina Termelétrica Porto do Pecém I recebeu autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial da primeira unidade geradora, com capacidade instalada de 360 MW.
- Em dezembro de 2012, a Diretoria do BNDES aprovou um pacote de financiamento de longo prazo, na modalidade project finance, de R\$ 887,5 milhões, para a implantação da Usina Termelétrica Parnaíba I, com capacidade instalada de 676 MW.

### 3. Cenário setorial - Mercado de Energia Elétrica

O ano de 2012 foi um ano de baixa hidraulicidade, pequena expansão da oferta e grandes carregamentos em troncos de transmissão. Da parte da MPX, as usinas termelétricas a carvão importado de Pecém I (720 MW), Itaquí (360 MW) e Pecém II (360 MW), além das usinas a gás natural da bacia do Parnaíba, Parnaíba I (676 MW) e Parnaíba II (517 MW), estão em estado pré-operacional, já tendo inclusive a primeira unidade geradora de Pecém I (365 MW) entrado em operação comercial no final de 2012.

#### 3.1 - Visão geral do Sistema Interligado Nacional (SIN) em 2012

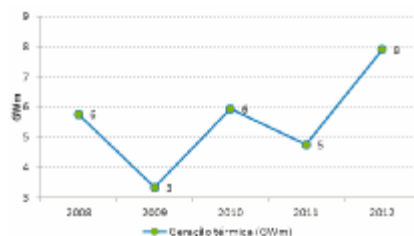
No ano de 2012, a Energia Natural Afluente (ENA) que chegou aos reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN) foi 13% menor que a média de longo prazo histórica. Esse fator contribuiu para que o nível dos reservatórios do SIN diminuiu significativamente. Em dezembro de 2012, o nível dos reservatórios chegou a 31%, valor mais baixo dos últimos cinco anos. O gráfico abaixo mostra a evolução do nível dos reservatórios (EAR) de 2008 a 2012.

Gráfico 1 - Armazenamento dos reservatórios do SIN em dezembro de cada ano (EAR %) - fonte: ONS



Com o nível dos reservatórios muito baixo durante o ano de 2012, o Operador Nacional do Sistema (ONS) passou a intensificar a utilização das termelétricas, conforme mostrado no gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Geração térmica nos últimos cinco anos (GWh) - fonte: ONS



Mesmo com o uso intensivo das termelétricas, os reservatórios atingiram o menor nível nos últimos cinco anos (31%). Isto indica a necessidade de maior geração termelétrica no SIN, caso contrário o país ficará cada vez mais exposto às variações hidrológicas. Para isso, acreditamos que os leilões deveriam levar em consideração a segurança de suprimento na contratação de novas fontes. As termelétricas e as hidrelétricas com grandes reservatórios reforçam a segurança no suprimento e minimizam a exposição do país às condições de chuvas. As usinas térmicas possuem ainda uma vantagem adicional, a "despachabilidade", que não é considerada nos leilões de energia nova. A disponibilidade de energia termelétrica independe das condições de chuva, o que torna o suprimento de energia mais robusto. Porém, esse tipo de fonte não tem sido contratada nos últimos leilões, como pode-se observar, por exemplo, pelo resultado consolidado do A-5/2012 (vide tabela 1 a seguir).

#### 3.2 - Carregamento excessivo nos troncos de transmissão

##### Transferências de energia entre regiões

Os limites elétricos de intercâmbio de energia entre subsistemas são de fundamental importância para o processo de otimização energética, sendo determinantes para a definição das políticas de operação. Face às condições dos reservatórios, foram estabelecidos novos limites de exportação das regiões Sudeste e Centro-Oeste para as regiões Norte e Nordeste, objetivando estabilizar a frequência do sistema Norte/Nordeste em caso de contingências. Para garantir que o suprimento às áreas da região Sul (SC e RS) suportem qualquer contingência simples nas linhas de transmissão é necessário utilizar geração térmica das UTEs J. Lacerda, P. Médici e Candiota III.

O carregamento excessivo dos troncos de transmissão torna o sistema elétrico mais suscetível a desligamentos em cascata por contingências múltiplas. Isso corrobora a necessidade de geração termelétrica local nos subsistemas, especialmente o subsistema Sul, que é um subsistema importador. Em 2012, o Sul recebeu 2.600 MW médios dos outros subsistemas, este montante de energia corresponde a 26% do seu consumo total. No gráfico a seguir, verifica-se que houve a necessidade de importação de energia no Sul durante praticamente todo o ano de 2012, somente no mês de agosto o Sul foi autossuficiente.

Gráfico 3 - Geração total vs. Carga (Subsistema Sul)



#### 3.3 - Cancelamento do Leilão A-3

Em 2012, não houve leilão A-3 devido à demanda reduzida e ao alto volume de energia contratada pelas distribuidoras de usinas que ainda estão em processo de revogação pela ANEEL (leilões A-3 e A-5 de 2008).

#### 3.4 - Leilão A-5/2012 (demanda de apenas 300 MW médios)

A demanda de 300 MW médios foi considerada muito baixa para um leilão de energia nova. A incerteza com respeito ao nível de contratação (contratos oriundos dos leilões A-3 e A-5 de 2008 em processo de revogação pela ANEEL) e os níveis mais reduzidos de demanda fizeram com que as distribuidoras fossem cautelosas na previsão de crescimento de demanda para 2017. Na tabela abaixo, segue o resultado consolidado do Leilão A-5/2012.

Tabela 1 - Resultado Consolidado do Leilão A-5/2012 - fonte: CCEE

	Preço Médio R\$/MWh	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Energia vendida (MWm)
<b>Total</b>				
Hidro	93,4	292,4	151,3	150,6
Eólica	87,9	281,9	152,2	151,6
<b>TOTAL</b>	<b>90,3</b>	<b>574,3</b>	<b>303,5</b>	<b>302,2</b>

Vale observar que o perfil de contratação dos leilões de energia nova tem proporcionado uma maior dependência do suprimento às condições climáticas.

#### 3.5 - Carga e demanda de energia (2012)

Mesmo com o crescimento da economia brasileira (PIB) de cerca de 1%, a carga de energia elétrica apresentou um crescimento de 4,2% e a demanda aumentou em 7,2%.

Tabela 2 - Crescimento da Carga e Demanda do SIN - fonte: ONS

Ano	Carga (MWm)	Demanda (MW)
<b>2011</b>	<b>55.937</b>	<b>71.133</b>
<b>2012</b>	<b>58.276</b>	<b>76.261</b>
<b>Crescimento</b>	<b>4,2%</b>	<b>7,2%</b>

#### 3.6 - Contribuição da MPX à segurança energética do SIN

As usinas da MPX acrescentarão ao SIN cerca de 2.800 MW de capacidade instalada e 2.200 MW médios de garantia física. Além de competitiva em termos econômicos, a energia acrescentada pela MPX irá diminuir a dependência do suprimento em relação às condições climáticas, contribuindo para o aumento da segurança energética do SIN.

## 4. Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras ora apresentadas refletem principalmente a fase de implementação dos projetos das controladas da Companhia, representada por investimentos, custos e despesas relacionados aos empreendimentos em desenvolvimento.

No ano de 2012, a Companhia apresentou uma receita bruta de R\$ 541,6 milhões, sendo R\$ 249,3 milhões auferidos pela Comercializadora de Energia, R\$ 42,7 milhões pela operação da usina UTE Serra do Navio e R\$ 181,2 milhões em função do início dos contratos de fornecimento de energia de Pecém I e Itaquí. Além disso, em 1º de dezembro de 2012 a 1ª turbina de Pecém I, com capacidade instalada de 360 MW, iniciou operação comercial e passou a ser remunerada de acordo com o CCEAR, sendo responsável por R\$14,8 milhões da receita operacional bruta da MPX em 2012. A companhia apurou um resultado negativo de R\$ 435,2 milhões. O caixa consolidado apurado ao final de 2012 alcançava R\$ 593,9 milhões.

## 5. Responsabilidade sócio-ambiental

Além de respeitar a legislação ambiental aplicável e as diretrizes de sustentabilidade do Grupo EBX, a MPX busca integrar a produção de energia à preservação dos ecossistemas e ao bem-

estar das comunidades onde atua. Estes princípios se expressam também por iniciativas de investimentos socioambientais voluntários.

O Projeto "Caatinga Preservada", desenvolvido em parceria com a Associação Caatinga, alavancou em 45% o número de áreas particulares protegidas (RPPNs), no estado do Ceará. O Pantanal Matogrossense, são 70.000 hectares de área protegida no Projeto de Conservação das "RPPNs Acurizal, Penha, Dorochê e Rumo ao Oeste".

Em um compromisso firmado com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão do Ministério de Meio Ambiente, a empresa disponibiliza recursos para o manejo e a preservação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Em 2012, os projetos e ações de investimento social nas localidades próximas aos seus empreendimentos tiveram como foco as áreas de educação, saúde e geração de renda. No Município de São Gonçalo do Amarante - CE e nos municípios de Santo Antônio dos Lopes e Capinzal do Norte - MA, o programa "Crianças Saudáveis, Futuro Saudável" - fruto de uma parceria entre a MPX e a Organização Social de Interesse Público (OSCIPI) Inmed Brasil que possui como objetivo a melhoria da qualidade de vida das crianças atendidas, contribuindo com o combate e prevenção a verminoses e anemia, alcançou 10.000 beneficiados.

A Associação Escola Família Agrícola de Capinzal do Norte (AEFAC), no Maranhão, recebeu, por meio de parceria estabelecida com a MPX, recursos para instalação de equipamentos de uma fábrica de polpa de frutas e para a criação de um viveiro de mudas.

Ainda ao final de 2012, a MPX celebrou um convênio de cooperação técnica e financeira com a EMBRAPA Cocais e Instituto de Agronegócios do Maranhão (INAGRO) para realização de um projeto, com quebraadeiras de coco babaçu, para transferência de tecnologia e fortalecimento da cadeia produtiva, para geração de renda, valorização da cultura e melhoria das condições de vida e de trabalho da comunidade agroextrativista.

Entre os investimentos em infraestrutura realizados em 2012 está o Posto Médico e Pelotão Policial da Vila Canaã, no Município de Paço do Lumiar - MA, que irá beneficiar, diretamente, cerca de 10.000 pessoas. Os Programas de Qualificação Técnica e Profissional no Maranhão e Ceará propiciaram oportunidades de qualificação para mais de 300 pessoas.

Em dezembro, foram concluídas e entregues as instalações, da primeira etapa, do Empreesto Pesqueiro de São João da Barra - RJ. O projeto é uma iniciativa das empresas do Grupo EBX, em parceria com a Prefeitura Municipal de São João da Barra, e que potencializará a cadeia produtiva do setor pesqueiro na região.

## 6. Governança corporativa e mercado de capitais

Desde sua abertura de capital, em 13 de dezembro de 2007, a MPX Energia S.A. faz parte do Novo Mercado, segmento de listagem da BM&FBOVESPA que representa o mais alto padrão de Governança Corporativa, priorizando a transparência e o respeito aos direitos de seus acionistas em sua constante busca de crescimento e criação de valor. Nesta linha, a Companhia possui diversas políticas internas, as quais visam dar maior segurança aos investidores, tais como: (i) Política de Aplicações Financeiras, (ii) Política de Hedge, (iii) Política para Representação da Companhia e Outorga de Procurações (iv) Política de Alçadas para Aprovações Internas; (v) Política de Negociação de Valores Mobiliários, e (vi) Política de Divulgação e Uso de Informações para o Mercado.

O Conselho de Administração da MPX é, atualmente, composto por 12 membros, dos quais 3 são independentes. A MPX conta, ainda, em sua estrutura de Governança Corporativa, com o Comitê de Auditoria, composto por 3 membros altamente qualificados, que tem como objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atividades relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e, ainda, na indicação e avaliação da auditoria independente. O Comitê de Auditoria é subordinado ao Conselho de Administração da Companhia, atuando com independência com relação à Diretoria.

A MPX reconhece o valor das boas práticas de Governança Corporativa e se empenha, constantemente, em aprimorá-las, mantendo discussões ativas com seus *stakeholders* e incentivando a interação com seus acionistas no cotidiano das atividades da Companhia.

As ações da MPX são negociadas no segmento do Novo Mercado, na BM&FBOVESPA, sob o código MPX3 e integram, atualmente, as carteiras dos Índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) e o Índice Brasil 100 (IBRX-100), além do Índice de Energia Elétrica (IEE) e Morgan Stanley Capital International (MSCI).

O Capital Social da Companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias, e em 31 de Dezembro de 2012 era representado por 578.241.732 ações, sendo o *free float* de 45,2%. No dia 10 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração da MPX aprovou aumento de capital em decorrência do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia e com isso, a Companhia passou a ter 578.389.212 ações.

A ação da MPX encerrou o ano de 2012 a R\$ 11,15, contra R\$ 10,80 em 30 de setembro de 2012, apresentando uma valorização de 3,2% no trimestre, frente a uma valorização de 3,0% do Índice Bovespa (Ibovespa) e à desvalorização de 4,3% do Índice do setor Elétrico (IEE). No ano o papel MPX3 fechou com desvalorização de 12,5%, frente à valorização de 7,4% do Ibovespa e à desvalorização de 11,7% do IEE. A companhia fechou o ano com um valor de mercado de R\$ 6,4 bilhões (aproximadamente US\$ 3,1 bilhões).

## 7. Cláusula compromissória

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

## 8. Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM no. 381/2003 informamos que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes SS presta serviços de auditoria externa para a MPX relacionados ao exame das demonstrações financeiras e não realizou nenhum outro serviço para a Companhia no exercício de 2012.

## 9. Declaração da Diretoria

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, os diretores da MPX declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

## 10. Agradecimentos

A Administração da MPX agradece aos senhores acionistas, aos governos federal, estaduais e municipais, aos parceiros e fornecedores, às comunidades das áreas onde a Companhia desenvolve seus projetos, e, em especial, aos seus colaboradores pela dedicação, compromisso, contribuição, e confiança ao longo de 2012.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2013.  
A Administração

## Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	206.263	960.258	590.469	1.442.415
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	3.441	9.437
Contas a receber	9	-	-	152.114	21.898
Subsídios a receber - Conta Consumo de Combustível	9	-	-	17.561	4.828
Estoques	10	-	-	211.718	85.938
Despesas antecipadas		-	151	40.462	13.908
Impostos a recuperar	11	22.068	29.385	57.438	37.711
Ganhos com derivativos	19	3.018	19.289	3.018	19.289
Adiantamentos diversos		820	2.138	20.267	11.285
Depósitos vinculados	8	35	56.727	4.237	61.844
Dividendos a receber	12	2.040	2.362	-	-
Outros créditos		-	-	3	39
		<b>234.244</b>	<b>1.070.310</b>	<b>1.100.728</b>	<b>1.708.592</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Despesas antecipadas		841	55	8.705	2.514
Depósitos vinculados	8	102.649	-	137.717	62.471
Subsídios a receber - Conta Consumo de Combustível	9	-	-	24.617	24.617
Imposto a recuperar	11	9.598	35.585	34.709	90.834
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	114.400	88.680	456.123	339.049
Mútuo com controladas	15	505.976	24.173	359	-
Contas a receber com outras pessoas ligadas	15	1.134	2.796	8.575	8.436
Contas a receber com controladas	15	16.364	5.710	3.732	-
Adiantamento para futuro aumento de capital com controladas	15	419.426	162.757	-	-
Derivativos embutidos	17	479	-	479	-
Outros créditos		-	-	-	-
		<b>1.170.867</b>	<b>319.756</b>	<b>675.016</b>	<b>527.921</b>
		<b>2.215.108</b>	<b>1.538.331</b>	<b>62.956</b>	<b>55.742</b>
<b>Investimentos</b>	12	19.342	21.641	7.362.815	5.393.809
<b>Intangível</b>	14	2.920	1.739	249.665	267.616
		<b>3.642.481</b>	<b>2.951.777</b>	<b>9.451.180</b>	<b>7.953.680</b>

### Passivo

#### Circulante

Fornecedores	16	3.849	1.298	228.638	186.680
Empréstimos e financiamentos	16	924.352	106.286	1.915.402	1.030.687
Débitos com controladas	15	3.859	724	-	-
Débitos com controladora	15	-	-	-	3.407
Débitos com outras partes relacionadas	15	2.664	3.210	19.057	3.697
Debêntures	17	111	30.463	111	3

**Demonstrações de Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Nota				
24				
25				
25				
26				
18				
22				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

**Demonstrações de Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	01/01/12 à 31/12/12	01/01/11 à 31/12/11	01/01/12 à 31/12/12	01/01/11 à 31/12/11
Prejuízo do exercício	(435.202)	(408.553)	(435.202)	(408.553)
Ajustes de Avaliação Patrimonial:	(4.326)	(17.713)	(4.326)	(17.713)
Parcela efetiva das mudanças no valor justo dos hedges de fluxo de caixa - hedge accounting	(6.268)	(28.115)	(6.268)	(28.115)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - hedge accounting	2.131	9.559	2.131	9.559
Resultado abrangente total	(482.599)	(444.822)	(482.599)	(444.822)
Resultado Abrangente do Período	(482.599)	(444.822)	(482.599)	(444.822)
Acionistas não controladores	-	-	748	6.691
Acionistas controladores	(482.599)	(444.822)	(482.599)	(444.822)
Resultado abrangente total	(482.599)	(444.822)	(482.599)	(444.822)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(460.922)	(477.825)	(549.092)	(539.471)
Prejuízo do Exercício	(460.922)	(477.825)	(549.092)	(539.471)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	1.535	1.120	3.976	9.569
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(4.031)	(19.713)	37.721	62.198
Opções de ações outorgadas	47.279	50.774	47.279	50.774
Provisão para desmantelamento	-	-	(683)	315
Resultado de equivalência patrimonial	230.120	218.459	34.235	27.717
Provisão para passivo a descoberto	14.363	27.771	-	-
Provisão para perda em investimento	(2)	31.742	1.346	36.940
Juros/Custos Debêntures	130.864	60.105	130.864	53.875
Derivativos embutidos	(62.482)	62.003	(62.482)	62.003
Juros empréstimos e partes relacionadas	47.182	8.347	67.054	3.869
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(47.397)	(36.270)	(47.397)	(36.270)
Ajustes por perda cambial	-	-	-	-
Varições nos ativos e passivos	(103.491)	(73.487)	(337.179)	(268.481)
Adiantamentos Diversos	1.318	(1.216)	(8.982)	(7.153)
Despesas Antecipadas	(635)	37	(32.745)	(3.670)
Contas a Receber	-	-	(130.216)	(12.052)
Contas a Recuperar / Recolher	33.304	(13.698)	36.399	(27.825)
Estoque	-	-	(125.780)	(78.870)
Impostos, taxas e contribuições	302	(235)	(6.886)	8.239
Fornecedores	2.551	(2.173)	41.958	67.194
Provisões e encargos trabalhistas	(1.098)	410	(5.037)	3.648
Contas a pagar	16	1	(38.824)	(1)
Subsídios a receber - CCC	-	-	(12.732)	(638)
Débitos/ Créditos partes relacionadas	(6.407)	(5.288)	14.771	(3.056)
Outras Variações de investimentos	167.439	-	(213.530)	-
Outros Ativos e Passivos	(9.498)	(18.292)	5.433	83.642
Caixa efeito Cisão E.On	-	-	41.371	-
Caixa efeito Cisão CCX Carvão da Colômbia	-	-	185.804	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	187.292	(40.454)	(248.996)	29.458
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	83.801	(113.941)	(586.175)	(239.023)
Aquisição de imobilizado e intangível	(417)	(9.770)	(2.066.424)	(2.134.611)
Varição de investimentos	(1.076.940)	(728.951)	(11.500)	(33.000)
Caixa proveniente da venda de ativo imobilizado e intangível	-	-	112.075	28.080
Titulos e valores mobiliários	-	4.909	5.996	165.654
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.077.357)	(733.812)	(1.959.853)	(1.973.877)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(481.803)	243.264	(359)	-
Mútuo com partes relacionadas	(481.803)	243.264	(359)	-
Empréstimos e financiamentos obtidos (liquidados)	873.061	(153.139)	1.686.282	1.747.899
Ganho (perda) com instrumentos financeiros liquidados	20.302	(8.281)	(58.383)	(27.267)
Aumento de capital	2.431.907	96	2.431.907	96
Ajuste Cisão CCX Carvão da Colômbia	(742.187)	-	(742.187)	-
Aumento de capital proveniente de participação de acionistas não controladores	-	-	748	4.421
Retenções contratuais	-	-	(46.562)	(3.461)
Depósitos vinculados	(45.958)	308.781	(17.640)	250.363
Liquidação de debêntures	(1.559.414)	1.376.527	(1.559.414)	1.376.527
AFAC - com Controladas	(256.669)	(152.487)	-	-
Dividendos	322	(2.362)	(310)	2.270
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	239.561	1.612.399	1.694.082	3.350.848
Varição Cambial sobre o Caixa e Equivalentes	(753.995)	764.646	(851.946)	1.137.948
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(514.434)	1.344.445	(157.864)	2.488.896
Demonstração do aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(514.434)	1.344.445	(157.864)	2.488.896
No início do exercício	960.258	195.612	1.442.415	304.467
No final do exercício	206.263	960.258	590.469	1.442.415
	(753.995)	764.646	(851.946)	1.137.948

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A MPX Energia S.A. ("Companhia") foi constituída em 25 de abril de 2001 com sede na cidade do Rio de Janeiro. Seu plano de negócios prevê como atividade principal a geração de energia elétrica através do desenvolvimento de matrizes energéticas diversificadas, como carvão mineral, gás natural e fontes renováveis. A Companhia possui um portfólio diversificado de projetos com usinas termelétricas no Brasil e no Chile, além de projetos relacionados a fontes renováveis, como a energia solar. De modo a integrar suas operações, também desenvolve projetos de exploração e produção de gás natural no Brasil, tanto para fornecimento às usinas quanto para a comercialização. Sua atuação é realizada através da participação, como sócia-quotista ou acionista, no capital social de empresas que desenvolvem tais projetos, sendo alguns desenvolvidos em parceria com outros agentes do setor de energia. Os recursos para os projetos foram obtidos basicamente pela captação efetuada através da Oferta Pública de Ações da Companhia, realizada em 14 de dezembro de 2007 e em 11 de janeiro de 2008 (lote suplementar), no montante total de R\$ 2.035.410, bem como por financiamentos e mais recentemente pela emissão de 21.735.744 debêntures conversíveis em ações, realizada em 15 de junho de 2011, no montante de R\$ 1.376.527. Em 24 de maio de 2012, foram convertidas 21.653.300 debêntures, gerando a emissão de 33.255.219 novas ações, em decorrência do processo de reestruturação societária implementado pela Companhia, conforme mencionado abaixo.

**Cisão parcial**  
Em 24 de maio de 2012 foi efetivada a cisão parcial da MPX Energia S.A., mediante versão da parcela de seu patrimônio líquido correspondente à participação da Companhia no capital social das empresas CCX Brasil Participações S.A. e CCX Carvão da Colômbia S.A. A cisão parcial foi uma etapa da reorganização societária da Companhia que tinha como objetivo separar da sua estrutura os direitos de exploração de carvão em minas localizadas na Colômbia.

O acervo contábil líquido de R\$750.163 foi cindido da Companhia, o qual reflete os seguintes ativos e passivos:

	30 de abril 2012
Ativo	
Ativo circulante	
Caixa e equivalente de caixa	185.804
Tributos a recuperar	184
Contas a receber - partes relacionadas	325
Outros ativos circulantes	601.938
Total ativo circulante	788.251
Ativo não circulante	
Tributos a recuperar	45.046
Despesas antecipadas	60
Investimentos	1.374
Imobilizado	373.493
Intangível	90.266
Total ativo não circulante	510.239
Total ativo	1.298.490
Passivo	
Passivo circulante	
Fornecedores	42.037
Empréstimos e financiamentos	422.472
Obrigações sociais e trabalhistas	4.867
Obrigações fiscais	9.756
Outros passivos circulantes	69.031
Contas a pagar - partes relacionadas	164
Total passivo circulante	548.327

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)**

	Controladora					Total do patrimônio líquido
	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital e Opções Outorgadas	Reservas de Lucro	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.041.918	223.851	(35.400)	(35.400)	(517.029)	1.713.340
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(408.553)	(408.553)
Transações com acionistas:						
Aumento de capital	96	-	-	-	-	96
Opções de ação outorgadas pela Companhia	-	3.535	-	-	-	3.535
Opções de ação outorgadas pelo acionista controlador	-	47.239	-	-	-	47.239
Outros resultados abrangentes:						
Ajustes conversão do exercício	-	-	-	(17.713)	-	(17.713)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	(18.557)	(1.587)	(20.144)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.042.014	274.625	-	(71.670)	(927.169)	1.317.800
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(435.202)	(435.202)
Transações com acionistas:						
Aumento de capital	2.431.907	-	-	-	-	2.431.907
Opções de ação outorgadas pela Companhia	-	-	-	-	-	-
Opções de ação outorgadas pelo acionista controlador	-	47.279	-	-	-	47.279
Ajuste Diferido - JV	-	-	-	-	(5.453)	(5.453)
Ajuste Cisão CCX Carvão - Colômbia	(742.187)	-	-	(10.821)	2.845	(750.163)
Outros resultados abrangentes:						
Ajustes conversão do exercício	-	-	-	(32.439)	-	(32.439)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	(4.137)	-	(4.137)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.731.734	321.904	-	(119.067)	(1.364.979)	2.569.592

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

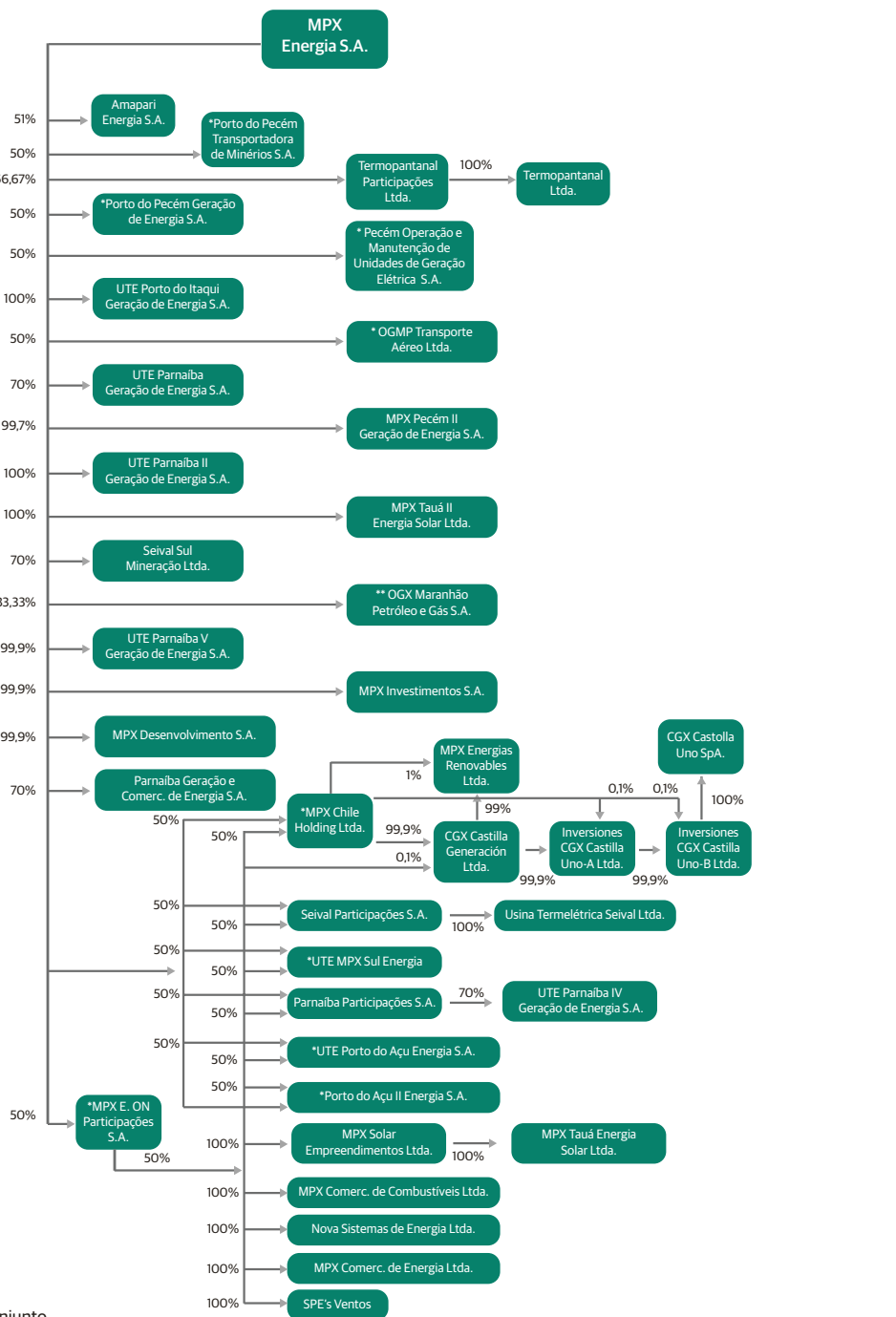
**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)**

	Consolidado					
	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital e Opções Outorgadas	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos Não Controladores
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.041.918	223.851	(35.400)	(572.183)	1.658.186	43.377
Prejuízo do exercício	-	-	-	(408.553)	(408.553)	(3.740)
Transações de Capitais com Sócios:						
Aumento de capital	96	-	-	-	96	-
Opções de ação outorgadas pela Companhia	-	3.535	-	-	3.535	-
Opções de ação outorgadas pelo acionista controlador	-	47.239	-	-	47.239	-
Resultado Abrangente Total:						
Outros resultados abrangentes:						
Ajustes conversão do exercício	-	-	(17.713)	-	(17.713)	-
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	(18.557)	(1.587)	(20.144)	-
Participação Acionista Não Controlador	-	-	-	-	-	67.792
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.042.014	274.625	(71.670)	(982.323)	1.262.646	107.429
Prejuízo do exercício:						
Transações de Capitais com Sócios:						
Aumento de capital	2.431.907	-	-	-	2.431.907	-
Opções de ação outorgadas pela Companhia	-	-	-	-	-	-
Opções de ação outorgadas pelo acionista controlador	-	47.279	-	-	47.279	-
Ajuste Cisão CCX Carvão - Colômbia	(742.187)	-	(10.821)	2.845	(750.163)	-
Ajuste Ativo Diferido	-	-	-	17.624	17.624	-
Resultado Abrangente Total:						
Outros resultados abrangentes:						
Ajustes conversão do exercício	-	-	(32.439)	-	(32.439)	-
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	(4.137)	-	(4.137)	-
Participação Acionista Não Controlador	-	-	-	12.085	12.085	46.798
Saldo em 31 de dezembro 2012	3.731.734	321.904	(119.067)	(1.384.971)	2.549.600	154.975

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Valores Adicionados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receitas	-	-	1.466.258	1.202.709
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	490.940	168.279
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	975.318	1.034.430
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(65.848)	(53.612)	(702.521)	(250.192)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(65.848)	(53.612)	(702.521)	(250.192)
Valor Adicionado Bruto	(1.535)	(1.120)	763.737	952.517
Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.535)	(1.120)	(12.921)	(9.568)
Valor Adicionado Líquido Produzido	(67.383)	(54.732)	750.816	942.949
Valor Adicionado Recebido em Transferência	(104.874)	(150.778)	56.786	1.502.364
Resultado de equivalência patrimonial	(230.120)	(218.459)	(34.235)	(27.717)
Receitas financeiras	134.045	98.846	157.760	106.281
Outros	(8.799)	(31.165)	(66.739)	1.423.800
Instrumentos financeiros derivativos	5.592	28.348	(66.739)	1.428.370
Provisão perda em Investimento	2	(31.744)	-	(4.570)
Provisão para passivo a descoberto	(14.363)	(27.770)	-	-
Perdas na alienação de bens	(30)	1	-	-
Valor Adicionado Total a Distribuir	(172.257)	(205.510)	807.602	2.445.313
Distribuição do valor adicionado	(172.257)	(205.510)	807.602	2.445.313
Pessoal	78.345	92.592	139.497	153.533
Remuneração direta	65.754	80.800	101.865	130.605
Benefícios				



\* Controlada em conjunto.  
\*\* Coligada.

A Companhia, diretamente ou através de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, vem efetuando os investimentos necessários para a finalização dos empreendimentos incluídos no seu portfólio e subsequente início da operação comercial dos respectivos empreendimentos. A Administração entende que a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os compromissos financeiros, pois estruturou seus grandes empreendimentos na modalidade de Project Finance, com aporte de recursos próprios correspondente a, aproximadamente, 25% dos investimentos totais, o qual ocorre pari passu com a entrada de recursos dos financiadores. Além disso, os referidos empreendimentos possuem Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, com geração de receita garantida por 20 anos. As captações de curto prazo realizadas na MPX Energia S.A. em 2012, no montante de, aproximadamente, R\$800 milhões tiveram o objetivo de financiar parte dos investimentos realizados nos projetos neste mesmo ano. A Companhia está trabalhando para liquidação parcial e rolagem para longo prazo em 2013 destes financiamentos de curto prazo e capitalizar a empresa para fazer frente às necessidades de investimento de potenciais novos projetos.

## 2. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES

O Grupo MPX tem como compromisso obter todas as licenças e autorizações exigidas por lei para cada uma das suas instalações e atividades. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas investidas possuem as seguintes licenças e autorizações:

Empresa	Tipo	Emissão	Vigência
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 111/2011	15/03/2011	2 anos
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Licença de Operação nº 1062/2012	28/12/2012	3 anos
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 54/2011	24/08/2011	2 anos
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	Autorização de Supressão Vegetal	12/03/2012	1 ano
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Renovação da Licença de Operação nº 889/2012	26/12/2012	3 anos
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 584/2009	29/01/2009	4 anos
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 601/2009	18/03/2009	6 anos
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A.	Licença de Operação nº 1061/2011	16/12/2011	6 anos
MPX Energia S.A.	Licença de Instalação nº 003/2012	30/07/2012	11/11/2013
MPX Energia S.A.	Licença de Instalação nº 111/2012	09/05/2012	09/05/2013
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 273/2012	30/07/2012	05/12/2013
UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 274/2011*	05/12/2011	05/12/2012
Amapari Energia S.A.	Resolução Autorizativa ANEEL nº 1369/2008	20/05/2008	29 anos
Amapari Energia S.A.	Despacho SFG nº 2.197/2008	09/06/2008	Indeterminado
Amapari Energia S.A.	Despacho SFG nº 4.143/2008	07/11/2008	Indeterminado
Amapari Energia S.A.	Licença de Operação nº 160/2011*	24/11/2011	1 ano
MPX Tauá Energia Solar Ltda.	Licença de Instalação nº 15/2012	05/03/2012	2 anos
MPX Tauá Energia Solar Ltda.	Licença de Operação nº 133/2012	20/06/2012	28/02/2014
MPX Tauá Energia Solar Ltda.	Licença Prévia nº 253/2012	16/08/2012	3 anos
UTE Porto do Açu Energia S.A.	Licença Instalação nº IN-019365	24/04/2012	3 anos
UTE Porto do Açu Energia S.A.	Licença Prévia nº IN015964	01/03/2011	2 anos
UTE Porto do Açu Energia S.A.	Autorização de Fauna nº IN019186	20/03/2012	2 anos
UTE Porto do Açu Energia S.A.	Licença de Instalação nº IN000882*	14/10/2009	3 anos
Nova-Sistemas de Energia Ltda.	Licença de Instalação nº IN000207*	22/05/2009	3 anos
Nova-Sistemas de Energia Ltda.	Licença de Instalação nº IN000208*	22/05/2009	3 anos
Seival Sul Mineração Ltda.	Licença de Operação nº 7764/2009	21/10/2009	4 anos
MPX Energia S.A.	Licença Prévia nº 332/2009 - 1ª Retificação*	22/12/2010	2 anos
UTE MPX Sul Energia Ltda.	Licença Prévia nº 601/2010*	21/05/2010	2 anos
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	Despacho ANEEL nº 747/2008	25/02/2008	Indeterminado
UTE Seival Ltda.	Licença de Instalação nº 589/2009 - 1ª Retificação	12/01/2010	18/02/2014
UTE Seival Ltda.	Outorga nº 002/2007	09/01/2007	18 anos
OMX Operaciones Marítimas Ltda.	Calificación Ambiental "PuertoCastilla"		
	Resolución Exenta nº 254	23/12/2010	Indeterminado
	Resolución Exenta nº 46	01/03/2011	Indeterminado
CGX Castilla Generación S.A.	Licença de Operação nº 240/2011	17/05/2011	16/05/2013
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Licença Prévia nº 0091/2012	10/08/2012	2 anos
Central Eólica Asa Branca Ltda.	Licença Prévia nº 0084/2012	10/08/2012	2 anos
Central Eólica Milagres Ltda.	Licença Prévia nº 0010/2012	10/08/2012	2 anos
Central Eólica Morada Nova Ltda.	Licença Prévia nº 0090/2012	10/08/2012	2 anos
Central Eólica Pedra Vermelha I Ltda.	Licença Prévia nº 0093/2012	10/08/2012	2 anos
Central Eólica Pedra Vermelha II Ltda.	Licença Prévia nº 0085/2012	10/08/2012	2 anos
Central Eólica Santa Luzia Ltda.	Licença Prévia nº 0092/2012	10/08/2012	2 anos
Central Eólica Santo Expedito Ltda.	Licença Prévia nº 0083/2012	10/08/2012	2 anos
Central Eólica São Francisco Ltda.	Licença Prévia nº 0083/2012	10/08/2012	2 anos

\* O pedido de renovação foi apresentado com 120 dias de antecedência do vencimento. Por esse motivo a empresa estará legalmente regular até a emissão de nova licença que determinará o novo prazo de vigência conforme definido na Lei nº. 70 de 09 de janeiro de 2012.

## 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### a) Declaração de conformidade com as normas IFRS e BR GAAP

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, estão assim apresentadas:

#### Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

#### Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que no caso da Companhia, diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* somente em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) feitos pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria feito pelo custo ou valor justo.

A Lei nº 11.941/09, para fins de BR GAAP, extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2008, que poderá ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de recuperabilidade - *impairment*. Com a adoção das normas de IFRS, a Companhia registrou em prejuízos acumulados, no balanço consolidado, o montante de R\$55.154, líquido de efeitos fiscais, em 1º de janeiro de 2009, correspondente ao seu ativo diferido e das controladas naquela data. Consequentemente, a diferença entre os patrimônios líquidos individual e consolidado está relacionada ao ativo diferido que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado. O quadro abaixo demonstra a reconciliação entre os patrimônios líquidos individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2012 é:

	31/12/2012
Patrimônio Líquido - Controlada	2.569.592
Ativo Diferido - Lei 11.941/09	(19.992)
Participação minoritárias	154.975
Patrimônio Líquido - Consolidado	2.704.575

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2013.

### b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, ajustado ao valor de realização quando aplicável, com exceção de certos instrumentos financeiros mantidos a valor justo, incluindo instrumentos derivativos.

### c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

De acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534, de 29 de janeiro de 2008, a Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real e a moeda funcional da sua controlada em conjunto no exterior é o Peso chileno (MPX Chile Holding Ltda.), em função de seu plano de negócios, ambiente econômico e, principalmente, em decorrência dos seus custos de operação. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço.

### d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais futuros poderão vir a divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 11 - Impostos a recuperar e diferidos;
- Nota Explicativa 13 e 14 - Imobilizado e Intangível, respectivamente, principalmente no que se refere a análise do valor recuperável dos ativos e da definição das vidas úteis econômica dos mesmos.
- Nota Explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos;
- Nota Explicativa nº 20 - Provisão para contingências; e
- Nota Explicativa nº 23 - Plano de pagamento baseado em ações.

## 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

### a. Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Companhia e suas controladas utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Companhia e suas controladas levam em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

A Companhia e suas controladas mensuram o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida; mais
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mais
- Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos
- O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes à extinção de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente transferidos ao resultado do exercício.

Os custos de transação, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, que a Companhia e suas controladas incorrem em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo são registradas no resultado do exercício.

Quando planos de pagamento baseado em ações (planos de substituição) são requeridos a serem substituídos por planos detidos pelos funcionários da adquirida e estes são referentes a serviços prestados, então todo o montante do plano de substituição dado pelo adquirente é incluído na mensuração da consideração transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento de ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados e/ou a serem prestados.

### b. Bases de consolidação

#### i. Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método integral e proporcional, respectivamente, a partir da data em que o controle ou controle compartilhado se inicia até a data em que o controle ou controle compartilhado deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas.

Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais o Grupo possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### ii. Investimentos em coligadas

O investimento da Companhia em sua coligada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerça influência significativa.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função de o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, o Grupo reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre o Grupo e a coligada, são eliminados de acordo com a participação mantida na coligada.

A participação societária na coligada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

#### iii. Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia e suas controladas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### c. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida pelo valor bruto. Os descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas são deduzidos em linha específica na demonstração do resultado. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de geração de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente ou quando é disponibilizada conforme previsões contratuais.

### d. Moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

#### i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das Companhias pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado, com exceção da diferença resultante na reconversão do *Hedge* de fluxos de caixa, na medida em que sejam efetivos, o qual é reconhecido nos outros resultados abrangentes.

#### e. Instrumentos financeiros

##### i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, recebíveis e depósitos na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, a Companhia e suas controladas têm o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

##### Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia e de suas controladas. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

##### Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia e suas controladas tenham intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos por debêntures.

##### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os Recebíveis abrangem contas a receber de clientes, subsídio a receber CCC, depósitos vinculados e partes relacionadas.

##### Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

##### ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, as contas a pagar com partes relacionadas e retenções contratuais.

##### iii. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas mantêm instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionadas, ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido atendam à definição de um derivativo e o instrumento combinado não mensurados pelo valor justo por meio do resultado.



No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente documentam o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia e suas controladas fazem uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo.

#### Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a *hedge* é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (*hedged*) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de *hedge*. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado.

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

#### Derivativos embutidos separáveis

Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidas imediatamente no resultado.

#### f. Estoques

O custo dos estoques é avaliado pelo custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de insumos, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo é representado pelos valores pagos de óleo diesel e óleo lubrificante utilizados como insumos na geração de energia elétrica pela controlada Amapari Energia S.A., bem como carvão de alto poder calorífico que será utilizado como insumo para a geração de energia elétrica pelas controladas Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. e Porto do Pecém Geração de Energia S.A..

#### g. Imobilizado

##### g.1 Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. *Software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

##### g.2 Custos Subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

##### g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

#### h. Ativos intangíveis e ágio

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e tem o seu valor recuperável testado anualmente e encontrado registrado como intangível nas demonstrações financeiras consolidadas e em investimentos na demonstração financeira individual da controladora.

##### h.1 Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. Veja a nota explicativa 14.

##### h.2 Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

##### h.3 Amortização

Exceto pelo ágio não amortizado, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

#### i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

##### (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia e suas controladas sobre condições de que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

##### Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2012.

##### (ii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativo intangível com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Os ativos corporativos da Companhia e suas controladas não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGC à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### j. Pagamento baseados em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo exercício em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

#### k. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação presente legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia e suas controladas em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

#### m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, para as empresas optantes pelo lucro real, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado com exceção do imposto de renda diferido sobre os impactos de *hedge accounting* os quais se encontram no grupo de ajuste de avaliação patrimonial, reconhecido diretamente no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

#### n. Demais passivos circulantes e não circulante

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

#### o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

#### p. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede, despesas e receitas financeiras e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

#### q. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

#### r. Novas normas e interpretações ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo essas:

- Emendas às IAS 19 - Benefícios a empregados. Estas normas são efetivas para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013;
- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) - Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013;
- IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos em conjunto, IFRS 12 - Divulgação de participação em outras entidades, IFRS 13 - Mensuração ao valor justo. Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013;
- Mensuração ao valor justo e Emendas às IAS 27 - Demonstrações financeiras, consolidadas e separadas, IAS 28 - Investimentos em associadas. Estas normas são efetivas para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013;
- Emendas às IAS 32 e IFRS 7 - Instrumentos financeiros - evidencição. Estas normas são efetivas para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014;
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros - classificação e mensuração. Estas normas são efetivas para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

As normas, emendas a normas e interpretações IFRS são efetivas para os exercícios anuais iniciados a conforme listado acima e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, exceto pelo IFRS 9 - *Financial Instruments* que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, e pelos IFRS 10 e IFRS 11, os quais terão impacto nas entidades atualmente consolidadas e/ou consolidadas proporcionalmente pela Companhia.

O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pelo IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam na IAS 27.

O IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (joint venture) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2012, as seguintes controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações consolidadas da Companhia pelo método da consolidação proporcional: Porto do Pecém, UTE Porto do Açú, UTE MPX Sul, MPX Chile Holding, Porto do Pecém Transportadora de Minérios, OGMP Transporte Aéreo, Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica, Seival Participações, MPX E.ON Participações, UTE Porto do Açú II, Parnaíba Participações.

Em 31 de dezembro de 2012 a estimativa da parcela dos ativos, passivos, receitas e despesas que deixarão de ser consolidados proporcionalmente, nas demonstrações financeiras da Companhia, estão apresentadas abaixo:

	*31/12/2012	
	31/12/2012	31/12/2011
Ativo Circulante	334.819	
Ativo não Circulante	1.068.994	
Passivo Circulante	297.694	
Passivo não Circulante	1.117.148	
Receita Operacional Líquida	354.175	
Custos Operacionais	(455.651)	
Despesas Operacionais	(33.058)	
Resultado Financeiro	(41.606)	
IR e CSLL correntes	(162)	
Impostos Diferidos	51.999	
Participação de Minoritários	(5)	
(*) A aplicação desta norma não afetará o saldo do patrimônio líquido e do resultado do exercício, pois seus efeitos são reconhecidos por equivalência patrimonial.		
Estas normas entrarão em vigor para períodos anuais com início a partir 1º de janeiro de 2013, e deverá ser aplicada retrospectivamente a empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial.		
<b>5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS</b>		
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e também de acordo com BR GAAP, e incluem as demonstrações financeiras da controladora, daquelas empresas onde a Companhia detém o controle (diretamente e indiretamente), das controladas em conjunto e dos Fundos Exclusivos, conforme detalhadas abaixo:		
	<b>Participação Controladora</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Controladas diretas ou controladas em conjunto		
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	50,00%	50,00%
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	99,70%	99,70%
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A.	100,00%	100,00%
Amapari Energia S.A.	51,00%	51,00%
UTE Porto do Açú Energia S.A.	50,00%	100,00%
Seival Sul Mineração Ltda.	70,00%	70,00%
UTE MPX Sul Energia Ltda.	50,00%	99,90%
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	-	99,90%
MPX Chile Holding Ltda.	50,00%	99,73%
MPX Áustria GmbH	-	100,00%
MPX Solar Empreendimentos Ltda.	-	99,90%
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	50,00%
MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda.	-	99,90%
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	66,67%
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.	70,00%	70,00%
Nova - Sistemas de Energia Ltda.	-	99,99%
OGMP Transporte Aéreo Ltda.	50,00%	50,00%
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração S.A. (PO&M)	50,00%	50,00%
Seival Participações S.A.	50,00%	99,90%
MPX E.ON Participações S.A.	50,00%	-
UTE Porto do Açú II Energia S.A.	50,00%	-
UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	-
Parnaíba Participações S.A.	50,00%	-
UTE Parnaíba V Geração de Energia S.A.	99,99%	-
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	70,00%	-
MPX Investimentos S.A.	99,99%	-
MPX Desenvolvimento S.A.	99,99%	-
MPX Tauá II Energia Solar Ltda.	100,00%	-
Coligada		
OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A.	33,33%	33,33%
Fundos exclusivos		
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento		
Multimercado Crédito Privado MPX G3	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado MPX	100,00%	100,00%

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas controladas e coligadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

#### Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e entre elas;
  - Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas e controladas em conjunto;
  - A participação dos acionistas não controladores, que representa as parcelas do resultado do exercício e do patrimônio líquido que não são detidas pela Companhia, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores; e
  - Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e entre elas. Esses saldos são eliminados na medida da participação da controladora nas controladas, contra os respectivos investimentos.
- Os investimentos nas controladas em conjunto Porto do Pecém Geração de Energia S.A., Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A., OGMP Transporte Aéreo Ltda., Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração S.A. e MPX E.ON Participações S.A. são avaliados por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidados proporcionalmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

#### 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	260	851	7.191	20.554
Fundo de Investimento MM MPX 63	206.003	834.958	582.335	1.210.166
Bradesco Corporate FIC FI	-	-	14	61.505
CDB/Compromissadas	-	124.449	-	124.449
Outras aplicações em renda fixa	-	-	929	25.741
	<b>206.263</b>	<b>960.258</b>	<b>590.469</b>	<b>1.442.415</b>

(a) Refere-se substancialmente a cotas de fundos de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Trata-se do Fundo de investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado MPX 63 administrado pelo Banco Itaú e cuja carteira é composta principalmente por Cédulas de Créditos Bancários - CDBs e operações compromissadas emitidas por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 101,3% (marcação a mercado) e 101,8% (taxa nominal na curva). As debêntures representam operações compromissadas registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, com garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408/05, as demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações de fundos de investimentos exclusivos, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fundo Multimercado consolidado				
MPX Energia S.A.	206.003	834.958	206.003	834.958
UTE Porto do Açú Energia S.A.	-	-	263	109
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	15.760	14.071
Amapari Energia S.A.	-	-	10.482	31.123
Seival Sul Mineração Ltda.	-	-	515	152
UTE MPX Sul Energia Ltda.	-	-	168	1
UTE Parnaíba Geração de Energia				



Os fundos exclusivos são regularmente revisados/auditados por auditores independentes e estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos da Companhia para garantir essas obrigações.

## 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
LFT	-	-	3.441	9.437

Os títulos e valores mobiliários incluem as operações relacionadas à aquisição de títulos públicos federais (LFTs) com vencimentos superiores a 90 dias e estão apresentados no ativo circulante considerando a expectativa de realização no curto prazo. Os valores referem-se às controladas UTE Porto do Itaquí e MPX Pecém II.

## 8. DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
BNDES - Porto do Pecém	(a)	35	56.727	35	56.727
BNDES - UTE Porto do Itaquí	(b)	-	-	10.671	9.953
BNDES - Pecém II	(c)	-	-	22.145	20.662
Comercializadora Energia (Trianon)	(d)	-	-	3.553	3.878
Porto do Pecém (Trianon)	(d)	-	-	500	8.378
UTE Porto do Itaquí (Trianon)	(d)	-	-	-	24.717
MPX S.A.	(e)	102.649	-	102.649	-
UTE Porto do Açú	(f)	-	-	2.070	-
Outros	-	-	-	331	-
		<b>102.684</b>	<b>56.727</b>	<b>141.954</b>	<b>124.315</b>
Circulante		<b>35</b>	<b>56.727</b>	<b>4.237</b>	<b>61.844</b>
Não circulante		<b>102.649</b>	-	<b>137.717</b>	<b>62.471</b>

(a) Depósito vinculado às obrigações assumidas no contrato de financiamento entre o BNDES e a controlada em conjunto Porto de Pecém Geração de Energia S.A., referente à parcela de contrapartida da intervenção MPX S.A. para manutenção da relação entre capital próprio e dívida pré-estabelecida em contrato. Refere-se à parte da MPX Energia S.A. no Fundo Bradesco Corporate FIC FI Referenciado DI Federal. Em 2012 a MPX Energia S.A. efetuou um aporte de R\$59.900, em sua controlada, advindos deste Fundo.

(b) Refere-se à conta reserva de serviço da dívida, vinculada ao contrato de financiamento entre o BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a controlada UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. O valor do depósito em questão corresponde a três prestações de amortização do financiamento concedido e será mantido como garantia da dívida por toda a vigência do contrato.

(c) Serviço da Dívida das obrigações assumidas no contrato de financiamento entre o BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a controlada MPX Pecém II Geração de Energia S.A.

(d) Garantias no Bradesco Trianon referentes à compra de energia no mercado livre.

(e) Letras Financeiras emitidas pelo Banco Citibank S.A., com rentabilidade de 100% CDI, cedidas fiduciariamente em garantia aos empréstimos contraídos pela MPX S.A. com a instituição financeira.

(f) Refere-se à compensação ambiental estabelecida em termo de compromisso firmado com o Estado do Rio de Janeiro em face do licenciamento da UTE Porto do Açú.

## 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E SUBSÍDIOS A RECEBER - CONTA CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS - CCC

Contas a receber correspondem à venda de energia pela controlada Amapari Energia S.A. à Anglo Ferrous Amapá Ltda., no montante de R\$9.109 (R\$10.640 em 31 de dezembro de 2011), bem como às vendas de energia efetuadas pela controlada indireta MPX Comercializadora de Energia Ltda. no montante de R\$22.357 (R\$10.827 em 31 de dezembro de 2011), além de R\$120.646 (R\$ 431 em 31 de dezembro de 2011) referente a outras contas a receber da controlada em conjunto Porto do Pecém Geração de Energia S.A., da controlada Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. e da controlada indireta MPX Tauá Energia Solar Ltda. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo em aberto referente a contas a receber é de R\$ 152.114 (R\$ 21.898 em 31 de dezembro de 2011).

A controlada Amapari Energia S.A. obteve, em 19 de maio de 2009, decisão judicial que obriga a ANEEL a enquadrar a UTE Serra do Navio no mecanismo de ressarcimento de parte dos seus custos com combustíveis, utilizados como insumos na geração e venda de energia elétrica, através da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC.

O saldo de R\$ 24.617 registrado no ativo não circulante correspondente ao subsídio a receber - CCC relativo ao período de 11 de novembro de 2008, data de início de operação comercial, a 19 de maio de 2009, data na qual a decisão Administrativa da ANEEL enquadrou a UTE Serra do Navio no mecanismo de ressarcimento de parte dos seus custos com combustíveis utilizados como insumos na geração e venda de energia elétrica. A Companhia vem tomando todas as medidas necessárias, inclusive no âmbito judicial, para conseguir o ressarcimento relativo a esse período. Não obstante, de acordo com o contrato de fornecimento de energia celebrado entre Amapari Energia S.A. e Anglo Ferrous Amapá Ltda., sua cliente, caso, por motivos não imputáveis à controlada Amapari, esta deixe de receber a subvenção da CCC mencionada acima, bem como a diferença do valor unitário de preços entre o faturado pela BR Distribuidora e a tabela de referência da ANP, as partes deverão adequar as condições contratuais para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo em aberto referente ao subsídio a receber CCC é de R\$ 42.177, sendo R\$ 17.560 no Circulante e R\$ 24.617 no Não Circulante (R\$29.445 em 31 de dezembro de 2011, sendo R\$ 4.828 no Circulante e R\$ 24.617 no Não Circulante).

## 10. ESTOQUES

	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	
Óleo diesel/lubrificante	(a)	15.314	8.203
Carvão	(b)	195.548	76.562
Peças eletrônicas e mecânicas	(c)	856	1.173
		<b>211.718</b>	<b>85.938</b>

(a) O saldo é composto pelos reservatórios de óleo diesel e óleo lubrificante utilizados como insumos na geração de energia elétrica pelas controladas Amapari Energia S.A. (R\$9.865), Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (R\$1.348) e UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. (R\$4.101) A controlada Amapari Energia S.A. possui contrato com obrigação de aquisição ("take or pay") com a BR Distribuidora S.A., com a obrigação de adquirir uma quantidade mínima de óleo diesel, equivalente a 3.600 m<sup>3</sup> mensais, por um preço fixado, ou de efetuar um pagamento mesmo que esta quantidade não tenha sido adquirida. Caso a obrigatoriedade do contrato seja exercida, resultará na aquisição do óleo diesel utilizado como insumo pela Companhia. A Companhia registrou uma provisão, na conta de fornecedores, referente à diferença entre a quantidade adquirida e a quantidade mínima obrigatória em contrato, em contrapartida do estoque. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo desta provisão é de R\$ 7.251.

(b) O saldo é composto pelo estoque de carvão utilizado como insumo na geração de energia elétrica pelas controladas Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. (R\$87.997), MPX Pecém II Geração de Energia S.A. (R\$40.723) e Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (R\$66.828). O carvão foi adquirido para a fase de comissionamento da operação, bem como para a formação de estoque de segurança da planta com vistas às futuras operações comerciais.

(c) O saldo é composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações de manutenção realizadas pela Pecém Operações e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.

## 11. IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS

O saldo da conta de impostos a recuperar está representado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda retido na fonte (b)	11.391	23.437	24.467	35.393
Antecipação de imposto de renda	-	-	8	-
Antecipação de contribuição social	-	-	3	1.819
Antecipação de contribuição social - ano anterior (a)	441	-	443	-
Imposto de renda retido na fonte - ano anterior (b)	15.301	39.663	26.007	82.567
Imposto de renda retido na fonte - mútuo (b)	3.689	650	3.689	653
ICMS	-	432	2.357	4.893
PIS	-	-	5.301	-
COFINS	-	-	24.412	-
Outros	844	788	5.460	3.220
	<b>31.666</b>	<b>64.970</b>	<b>92.147</b>	<b>128.545</b>
Circulante	<b>22.068</b>	<b>29.385</b>	<b>57.438</b>	<b>37.711</b>
Não circulante	<b>9.598</b>	<b>35.585</b>	<b>34.709</b>	<b>90.834</b>

(a) É representado pelas antecipações de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro recolhidos ao longo do exercício e do exercício anterior. Serão compensadas com o imposto de renda e a contribuição social, apurados com base no regime do lucro real.

(b) O saldo de imposto de renda retido na fonte refere-se a retenções sobre aplicações financeiras e operações de mútuo com partes relacionadas. Esses saldos serão compensados com o imposto de renda e a contribuição social a pagar.

### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, Porto do Itaquí Geração de Energia S.A., Porto do Açú Energia S.A., MPX Pecém II Geração de Energia S.A., e Porto do Pecém Geração de Energia S.A., fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudos técnicos aprovados pela Administração, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não têm prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, sendo que, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, as mesmas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

A Companhia e suas controladas adotaram o Regime Tributário de Transição (RTT), para que as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941, de 2009 (que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computados na escrituração contábil, para apuração do lucro líquido do exercício definido no art. 191 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), não tenham efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo diferido - não circulante				
Prejuízo fiscal e base negativa	161.039	67.599	497.274	67.599
Diferenças temporárias - RTT	-	-	5.488	160.183
Baixa do ativo diferido - efeito Cisão	(25.395)	-	(25.395)	-
Valor justo - derivativos	(21.244)	21.081	(21.244)	21.081
Variação cambial não realizada sobre operações de derivativos - NDF	-	-	-	90.186
	<b>114.400</b>	<b>88.680</b>	<b>456.123</b>	<b>339.049</b>
Passivo diferido - não circulante				
Diferenças temporárias - RTT	-	-	10.431	13.239
	-	-	10.431	13.239

Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, através de suas controladas, a Companhia prevê recuperar os créditos tributários a partir do exercício de 2013, conforme demonstrado abaixo:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Expectativa de realização anual dos impostos diferidos	74.755	102.811	107.487	58.937	14.122	28.752	67.370	1.889	456.123

### c) Mutação do investimento

	Saldo em 31/12/2011	Integralização de capital	Equivalência	Cisão CCX Carvão da Colômbia	Transferência para MPX E.ON Participações	Dividendos	Variação cambial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2012
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	367.565	351.630	(103.500)	-	-	-	-	(4.134)	611.561
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	376.189	95.600	(22.685)	-	-	-	-	-	449.104
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A.	428.477	148.836	(41.236)	-	-	-	-	-	536.077
Ágio por rentabilidade futura	15.470	-	-	-	-	-	-	-	15.470
Amapari Energia S.A.	50.313	-	4.599	-	-	(2.040)	-	-	52.872
UTE Porto do Açú Energia S.A.	36.293	16.006	(2.114)	-	(22.934)	-	-	-	27.251
Seival Sul Mineração Ltda.	3.278	706	(473)	-	-	-	-	-	3.511
UTE MPX Sul Energia Ltda.	9.401	4.410	(686)	-	(6.526)	-	-	-	6.599
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	19.122	4.000	421	-	(23.543)	-	-	-	-
MPX Austria GmbH	3.919	84.429	(2.829)	-	(55.709)	-	(29.800)	-	-
MPX Solar Empreendimentos Ltda.	8.004	650	(105)	-	(8.549)	-	-	-	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	526	-	(188)	-	-	-	-	-	338
MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda.	9.285	-	(253)	-	-	-	-	-	-
OGX Maranhão Petróleo e Gás Ltda.	54.467	11.500	(34.106)	-	(9.032)	-	-	-	31.861
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.	107.231	131.790	(7.920)	-	-	-	-	-	231.101
Nova - Sistemas de Energia Ltda.	2.425	100	-	-	(2.525)	-	-	-	-
OGMP Transporte Aéreo Ltda.	7.567	1.860	(2.604)	-	-	-	-	-	6.823
Pecém Operação Manutenção e Operação S.A.	292	209	(134)	-	-	-	-	-	367
Seival Participações S.A.	38.507	269	(62)	-	-	(19.349)	-	-	19.365
UTE Porto do Açú II Energia S.A.	-	4.215	-	-	(2.082)	-	-	-	2.133
CCX Brasil Participações S.A.	-	750.208	(76)	(750.132)	-	-	-	-	-
MPX E.ON Participações S.A.	-	87.294	(15.195)	-	-	-	-	-	-
Centennial Amapá	-	64	(33)	(31)	-	-	-	(5.693)	66.406
Prêmio de Subscrição	-	62.000	-	-	-	-	-	-	62.000
Parnaíba Participações S.A.	-	7.101	(184)	-	-	-	-	-	6.917
UTE Parnaíba V Geração de Energia S.A.	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Parnaíba Geração Comercialização de Energia S.A.	-	1	-	-	-	-	-	-	1
MPX Investimentos S.A.	-	1	(1)	-	-	-	-	-	-
UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A.	-	86.000	(746)	-	-	-	-	-	85.254
MPX Tauá II Energia Solar Ltda.	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Futura aquisição de investimentos	-	95	-	-	-	-	-	-	95
	<b>1.538.331</b>	<b>1.848.976</b>	<b>(230.120)</b>	<b>(750.163)</b>	<b>(150.249)</b>	<b>(2.040)</b>	<b>(29.800)</b>	<b>(9.827)</b>	<b>2.215.108</b>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

## 12. INVESTIMENTOS

### a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Participações societárias	2.153.013	1.538.331	31.861	54.466
Adiantamento para futura aquisição de investimento	-	-	-	1.276
Prêmio na subscrição de ações*	62.000	-	31.000	-
Futura aquisição de Investimento	95	-	95	-
	<b>2.215.108</b>	<b>1.538.331</b>	<b>62.956</b>	<b>55.742</b>

\* Prêmio pago a título de ágio na subscrição de novas ações.

### b) Participações societárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora, daquelas empresas cujo controle a Companhia detém e dos Fundos Exclusivos. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos dos principais grupos de contas das empresas consolidadas são os seguintes:

	Participação no capital em %	Ativo circulante	Ativo não circulante	31/12/2012		Patrimônio líquido	Resultado
				Passivo circulante	Passivo não circulante		
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	50,00%	442.065	3.716.461	471.408	2.464.001	1.223.117	(206.999)
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	99,70%	46.335	1.709.494	94.118	1.045.646	616.065	(22.753)
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A.	100,00%	136.865	2.633.492	246.786	1.746.493	777.078	(41.236)
Amapari Energia S.A.	51,00%	47.197	98.923	42.449	-	103.671	9.018
UTE Porto do Açú Energia S.A.	50,00%	420	57.712	3.632	-	54.500	(1.825)
Seival Sul Mineração Ltda.	70,00%	558	4.482	24	-	5.016	(675)
UTE MPX Sul Energia Ltda.	50,00%	251	13.157	211	-	13.197	(873)
MPX Chile Holding Ltda.	50,00%	6.117	19.030	27.484	30.801	(33.138)	(24.732)
Tempopantanal Participações Ltda.	66,67%	10	400	(4)	2.725	(2.311)	-
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.	70,00%	85.228	1.084.889	162.380	677.593	330.144	(11.314)
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	1.017	81	421	-	677	(376)
OGMP Transporte Aéreo Ltda.	50,00%	668	13.038	61	-	13.645	(5.2

### 13. IMOBILIZADO

#### a) Composição dos saldos

Consolidado	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Gasoduto	Provisão para perda "Impairment"	Custo de Desmantelamento	Imobilizado em Curso	Total
<b>Imobilizado em serviço</b>											
Tx Depreciação % a.a.		4	7	17	20	10					
<b>Custo</b>											
Saldo em 31/12/2011	44.419	21.344	87.325	3.421	8.851	6.801	12.169	(12.169)	3.696	5.233.568	5.409.425
Saldo em 01/01/2012	44.419	21.344	87.325	3.421	8.851	6.801	12.169	(12.169)	3.696	5.233.568	5.409.425
Adições	5.360	175	3.245	919	541	1	-	-	172	2.016.228	2.026.641
Baixas	(44.419)	(1.700)	-	(22)	(103)	(66)	-	-	-	(1.939)	(48.249)
Transferências	-	335.798	481.659	-	-	-	-	-	-	(817.457)	-
Saldo em 31/12/2012	5.360	355.617	572.229	4.318	9.289	6.736	12.169	(12.169)	3.868	6.430.400	7.387.817
<b>Depreciação</b>											
Saldo em 31/12/2011	-	(831)	(11.869)	(1.475)	(353)	(1.088)	-	-	-	-	(15.616)
Saldo em 01/01/2012	-	(831)	(11.869)	(1.475)	(353)	(1.088)	-	-	-	-	(15.616)
Adições	-	(1.884)	(5.693)	(64)	(1.227)	(624)	-	-	-	-	(9.492)
Baixas	-	-	-	2	72	32	-	-	-	-	106
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2012	-	(2.715)	(17.562)	(1.537)	(1.508)	(1.680)	-	-	-	-	(25.002)
<b>Valor Contábil</b>											
Saldo em 31/12/2011	44.419	20.513	75.456	1.946	8.498	5.713	12.169	(12.169)	3.696	5.233.568	5.393.809
Saldo em 31/12/2012	5.360	352.902	554.667	2.781	7.781	5.056	12.169	(12.169)	3.868	6.430.400	7.362.815
Tx Depreciação % a.a.		4	7	17	20	10					
<b>Custo</b>											
Saldo em 31/12/2010	2.640	7.888	78.821	2.689	719	3.012	12.169	(12.169)	3.450	3.383.404	3.482.623
Saldo em 01/01/2011	2.640	7.888	78.821	2.689	719	3.012	12.169	(12.169)	3.450	3.383.404	3.482.623
Adições	41.339	1.735	6.098	727	8.205	3.577	0	0	246	1.865.696	1.927.623
Baixas	0	(3)	(499)	0	(73)	(54)	0	0	0	(192)	(821)
Transferências	440	11.724	2.905	5	0	266	0	0	0	(15.340)	0
Saldo em 31/12/2011	44.419	21.344	87.325	3.421	8.851	6.801	12.169	(12.169)	3.696	5.233.568	5.409.425
<b>Depreciação</b>											
Saldo em 31/12/2010	0	(354)	(7.691)	(906)	(203)	(790)	0	0	0	0	(9.944)
Saldo em 01/01/2011	0	(354)	(7.691)	(906)	(203)	(790)	0	0	0	0	(9.944)
Adições	0	(477)	(4.178)	(569)	(150)	(298)	0	0	0	0	(5.672)
Baixas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo em 31/12/2011	0	(831)	(11.869)	(1.475)	(353)	(1.088)	0	0	0	0	(15.616)
<b>Valor Contábil</b>											
Saldo em 31/12/2010	2.640	7.534	71.130	1.783	516	2.222	12.169	(12.169)	3.450	3.383.404	3.472.679
Saldo em 31/12/2011	44.419	20.513	75.456	1.946	8.498	5.713	12.169	(12.169)	3.696	5.233.568	5.393.809

#### Máquinas e equipamentos

Refere-se, basicamente, a Amapari Energia S.A., UTE's de Tauá Solar Ltda. e Porto do Pecém, que entraram em operação em novembro de 2008, maio de 2011 e dezembro de 2012 respectivamente. Com relação a Porto do Pecém, as máquinas e equipamentos referem-se à 1ª turbina que entrou em operação. A depreciação dos ativos é baseada no prazo de concessão e o cálculo é realizado pelo método linear utilizando as taxas da ANEEL determinadas pela Resolução Normativa nº 474 de 07 de fevereiro de 2012. Para a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, serão calculados uma nova taxa de depreciação ou amortização e mensalmente contabilizados em resultado, para ao final da concessão obter valor residual igual a zero.

#### Edificações, obras cíveis e benfeitorias

Refere-se, basicamente, à entrada em operação em dezembro de 2012 da 1ª turbina da Porto do Pecém. A depreciação segue o mesmo procedimento e critério descritos no item Máquinas e equipamentos.

#### Terrenos

Em 30 de junho de 2010, a UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. adquiriu um terreno para construção do empreendimento no valor de R\$ 3.113 registrado no grupo de "Terrenos". O valor refere-se ao custo de aquisição acrescido de taxas de escrituração acrescido de R\$ 2.047 na Seival Participações empresa com controle em conjunto entre a MPX Energia e a MPX E.ON Participações. As contabilizações seguem o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado.

#### Imobilizado em curso

Refere-se, basicamente, a gastos incorridos com adiantamentos realizados para reservas e aquisições de equipamentos para a construção das usinas termelétricas das empresas Porto do Pecém Geração de Energia S.A., MPX Pecém II Geração de Energia S.A. e UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A., garantidos por fianças bancárias no montante de R\$324.240. Os saldos estão contabilizados no subgrupo "imobilizado em curso" e serão transferidos para "imobilizado em serviço" a partir da entrada em operação. As referidas controladas assinaram com a MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. contratos EPC ("Engineering, Procurement and Construction") na modalidade de empreitada global para construção das usinas. Conforme estabelecido nos respectivos contratos, sobre cada montante adiantado deverá ser retido o equivalente a 15% a título de garantia para entrega da usina, a ser desembolsado ao longo do exercício de 2013, caso a MABE apresente fianças bancárias, ressaltando que para essa parcela retida do adiantamento não há uma definição prévia quanto à sua aplicação na obra da usina. Em 31 de dezembro de 2012, o montante total das garantias retidas pelas controladas corresponde a R\$133.935 (R\$180.497 em 31 de dezembro de 2011) e encontra-se contabilizado no passivo circulante das controladas Porto do Pecém e MPX Pecém II e apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica "Retenções contratuais".

Os custos de mão de obra dos colaboradores diretamente alocados na construção das usinas de Porto do Pecém Geração de Energia S.A., MPX Pecém II Geração de Energia S.A. e UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A., cujo montante em 31 de dezembro de 2012 é de R\$46.626 (R\$ 17.899 em 31 de dezembro de 2011), estão sendo capitalizados.

#### Juros capitalizados

Os custos dos empréstimos capitalizados consolidados em virtude das imobilizações em andamento foram no montante de R\$987.988, em 31 de dezembro de 2012, conforme segue:

	Porto do Pecém	MPX Pecém II	Porto do Itaquí	UTE Parnaíba I	UTE Parnaíba II	Total
Juros e variação cambial sobre juros capitalizados	236.227	224.915	381.104	104.787	40.955	987.988

#### Teste de valor recuperável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável de seus ativos.

Abaixo as premissas utilizadas na avaliação da recuperabilidade dos ativos.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas em fontes externas de informações.

### 14. INTANGÍVEL

#### a) Composição dos saldos

Consolidado	Licenças e Software de Informática	Direitos Minerários de Carvão	Opção de Direitos Minerários	Estudos Minerários	Ágio na Aquisição de Investimentos	Outorgas e CCEARs	Direito de Uso	Intangível em curso	Total
<b>Intangível em serviço</b>									
Tx Amortização % a.a.		20							
<b>Custo</b>									
Saldo em 31/12/2011	4.644	25.105	2.449	26.546	15.470	183.501	11.190	0	268.905
Saldo em 01/01/2012	4.644	25.105	2.449	26.546	15.470	183.501	11.190	0	268.905
Adições	1.179	2.738	-	-	-	10.510	268	25.089	39.784
Baixas	(15)	(27.843)	(2.449)	(26.546)	-	-	-	-	(56.853)
Transferências	14	-	-	-	-	-	-	(14)	-
Saldo em 31/12/2012	5.822	-	-	-	15.470	194.011	11.458	25.075	251.836
<b>Amortização</b>									
Saldo em 31/12/2011	(1.289)	-	-	-	-	-	-	-	(1.289)
Saldo em 01/01/2012	(1.289)	-	-	-	-	-	-	-	(1.289)
Adições	(882)	-	-	-	-	-	-	-	(882)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2012	(2.171)	-	-	-	-	-	-	-	(2.171)
<b>Valor Contábil</b>									
Saldo em 31/12/2011	3.355	25.105	2.449	26.546	15.470	183.501	11.190	0	267.616
Saldo em 31/12/2012	3.651	-	-	-	15.470	194.011	11.458	25.075	249.665
Tx Amortização % a.a.		20							
<b>Custo</b>									
Saldo em 31/12/2010	2.517	42.784	2.449	14.212	15.470	0	11.744	0	89.176
Saldo em 01/01/2011	2.517	42.784	2.449	14.212	15.470	0	11.744	0	89.176
Adições	2.273	5.876	0	15.275	0	183.501	63	0	206.988
Baixas	(4)	(23.555)	0	(2.941)	0	0	(759)	0	(27.259)
Transferências	(142)	0	0	0	0	0	142	0	0
Saldo em 31/12/2011	4.644	25.105	2.449	26.546	15.470	183.501	11.190	0	268.905
<b>Amortização</b>									
Saldo em 31/12/2010	(653)	0	0	0	0	0	0	0	(653)
Saldo em 01/01/2011	(653)	0	0	0	0	0	0	0	(653)
Adições	(636)	0	0	0	0	0	0	0	(636)
Baixas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo em 31/12/2011	(1.289)	0	0	0	0	0	0	0	(1.289)
<b>Valor Contábil</b>									
Saldo em 31/12/2010	1.864	42.784	2.449	14.212	15.470	0	11.744	0	88.523
Saldo em 31/12/2011	3.355	25.105	2.449	26.546	15.470	183.501	11.190	0	267.616

#### Outorgas e CCEARs

#### UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.

Em setembro de 2011, após aprovação da ANEEL, a MPX Energia S.A. firmou o Contrato de Compra de Outorgas com o Grupo Bertin Energia e Participações S.A., com prazo de 15 anos, para a aquisição das outorgas fornecidas pela ANEEL às UTEs MC2 João Neiva e MC2 Joinville (subsidiárias da Bertin Energia e Participações S.A.), para se instalarem como produtoras independentes de energia. Adicionalmente o referido documento determina a cessão dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado por Disponibilidade (CCEARs) das UTEs para a MPX Energia S.A.

Cabe destacar que as UTEs MC2 João Neiva e MC2 Joinville foram contratadas no leilão de A-5 nº 03/2008- ANEEL, realizado em 30 de setembro de 2008, onde foi homologado o suprimento de 225 MW (em média) às distribuidoras, cada uma, com um prazo de autorização de 35 anos.

O Termo de Fechamento da Operação ("Termo"), datado de 2 de setembro de 2011, estipula duas cláusulas de pagamento adicional de cessão, condicionado a: (i) Autorização da ANEEL, sem ônus ou restrições, para aumento da garantia física de energia em até 72,7 MW médios para cada empreendimento. Caso a MPX Energia S.A. obtenha a autorização, será devido às UTEs, na mesma proporção do acréscimo na garantia física com o valor máximo de R\$83 milhões, sendo 50% para cada uma delas, a título de preço adicional de cessão e (ii) Concedida a autorização da ANEEL, sem ônus ou restrições, à alteração do fator "I" e dos "Demais Custos Variáveis" (definido no art.3º, II, da Portaria MME nº42, de 01/03/2007) dos Empreendimentos, a MPX Energia S.A. deverá pagar a cada uma das UTEs, na mesma proporção, o valor dos tributos, declarados e reconhecidos nas demonstrações financeiras das UTEs como devidos. Este montante está limitado a R\$61,2 milhões ou ao valor do benefício obtido pela MPX Energia S.A. resultante da alteração do fator "I" e dos "Demais Custos Variáveis" dos Empreendimentos.

Ambas as cláusulas condicionantes têm prazo de 18 meses a contar de 2 de setembro de 2011, data do Termo de Fechamento da Operação.

A MPX Energia S.A. firmou com sua subsidiária UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. ("UTE Parnaíba") o Contrato de Cessão de Direitos e Obrigações sobre as outorgas compradas do Grupo Bertin Energia e Participações S.A. O referido contrato objetiva ceder de forma gratuita para UTE Parnaíba todos os direitos e obrigações decorrentes do Contrato de Compra de Outorgas.

A referida Cessão de Direitos e Obrigações, firmada entre a MPX Energia S.A. e a UTE Parnaíba, também possui duas cláusulas condicionais, a saber: (i) Autorização da ANEEL para a implantação dos Empreendimentos (UTEs MC2 João Neiva e MC2 Joinville) no complexo Termelétrico Parnaíba e (ii) alteração do fator "I" e dos "Demais Custos Variáveis" já citados acima.

A Companhia não tratou essa transação como uma combinação de negócios, mas sim como uma aquisição de ativos uma vez que está adquirindo ativos intangíveis que são as outorgas e os contratos de comercialização.

Esta aquisição consolida a implantação do "Complexo Termelétrico Parnaíba", com capacidade instalada inicial de 1,5 GW, à base de gás natural.

#### Parnaíba Participações S.A.

No dia 09 maio de 2012, a Parnaíba Participações S.A. (nova denominação da UTE Parnaíba III Geração de Energia S.A.) e a Petra Energia S.A. assinaram com o Grupo Bertin um Contrato de Opção de Compra da totalidade das ações da UTE MC2 Nova Venécia 2 S.A., a qual sagrou-se vencedora no leilão nº 3/2008-ANEEL para contratação de 98 lotes de energia elétrica, à média de 98MW, na forma dos respectivos contratos de compra e venda de energia elétrica no mercado regulado com as distribuidoras de energia (CCEARs).

Na referida data, após devida auditoria técnica, legal e contábil, a Parnaíba Participações e a Petra pagaram ao Grupo Bertin, na proporção 70/30 respectivamente, o valor de R\$20 milhões pelo direito de exercer a Opção de Compra e, em caso de exercício, pagariam mais R\$30 milhões, sendo R\$15 milhões na data do exercício da Opção de Compra e os R\$15 milhões restantes na data da efetiva transferência da titularidade das ações, o que está condicionado à aprovação prévia pelas Autoridades Governamentais competentes (MME).

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia que foram feitas até o término da autorização, entretanto sua realização ocorrerá dentro do prazo de oito anos, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com as tendências futuras do setor elétrico e baseadas em fontes externas de informações, bem como a perspectivas de crescimento da economia brasileira. A taxa de crescimento esperado para o investimento se dá através da reposição inflacionária permitida em contrato, visto que, as quantidades de energia a serem vendidas já estão definidas por um período de 15 a 20 anos, sendo o preço de venda desta energia corrigida pelo IPCA. A companhia atuará na gestão eficiente dos custos de O&M e consumo de combustível, bem como controle efetivo dos custos fixos, para poder maximizar seus ganhos no período de operação.

- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital. O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas. As taxas de descontos refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos a cada unidade geradora de caixa. A taxa de desconto foi estimada com base no custo médio ponderado de capital para o segmento. Outrossim, essa taxa foi ajustada para refletir a avaliação de mercado de qualquer risco específico à unidade geradora de caixa, motivo pelo qual as estimativas de entradas e saídas do fluxo de caixa não foram ajustadas para refletir esses riscos específicos. Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado foi 8,03%.

Abaixo a descrição dos principais ativos avaliados:

#### Porto do Pecém

O empreendimento comercializou 615 MW médios, uma parceria 50/50 entre a





(o) Este empréstimo não faz mais parte de base contábil da MPX em função da cisão ocorrida, na qual os ativos e passivos da MPX Colombia foram transferidos para a CCX.

(p) Em 13 de abril de 2011, a MPX Chile Holding Ltda. celebrou contrato de empréstimo em moeda estrangeira com o Banco Credit Suisse, tendo como avalista a controladora. O empréstimo foi captado em dólar norte-americano no montante de US\$15 milhões (equivalente a R\$31.231 em 31 de dezembro de 2012), sobre o qual incidem juros anuais fixos de 8,13%. Principal e juros serão pagos semestralmente, com carência para pagamento do principal até 15 de abril de 2013 e o término do contrato será em 15 de abril de 2015. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 75% dos saldos originais, tendo em vista a participação de 50% da JV MPX-E.ON (MPX Participações S.A) na Cia.

(q) Em 29 de junho de 2011, a MPX Chile Holding Ltda. celebrou contrato de empréstimo em moeda estrangeira com o Banco Credit Suisse, tendo como avalista a controladora. O empréstimo foi captado em dólar norte-americano no montante de US\$10 milhões (equivalente a R\$20.815 em 31 de dezembro de 2012), sobre o qual incidem juros anuais fixos de 8%. Principal e juros serão pagos semestralmente, com carência para pagamento do principal até 15 de abril de 2013 e o término do contrato ocorrerá em 15 de abril de 2015. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 75% dos saldos originais, tendo em vista a participação de 50% da JV MPX-E.ON na Cia.

(r) Este empréstimo não faz mais parte de base contábil da MPX em função da cisão ocorrida, na qual os ativos e passivos da MPX Colombia foram transferidos para a CCX.

(s) Este empréstimo não faz mais parte de base contábil da MPX em função da cisão ocorrida, na qual os ativos e passivos da MPX Colombia foram transferidos para a CCX.

(t) Em 27 de dezembro de 2011, a UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. captou R\$ 75 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o BRADESCO, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo-ponte, que é para o financiamento da implantação das usinas termelétricas Maranhão IV e V, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento em 26 de junho de 2013 com principal e juros pagos no final. Em 28 de fevereiro de 2012, foram desembolsados mais R\$ 75 milhões pelo banco nas mesmas condições do desembolso anterior. Em 28 de Dezembro de 2012 foram liquidados R\$90 milhões de principal acrescidos dos juros devidos, quando da liberação do empréstimo de longo prazo do BNDES descritos no itens (x) e (y).

(u) Em 27 de dezembro de 2011, a UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. captou R\$ 125 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o Banco Itaú BBA, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo-ponte, que se destina ao financiamento da implantação das usinas termelétricas Maranhão IV e V, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento em 26 de junho de 2013 com principal e juros pagos no final. Em Dezembro de 2012 foram liquidados R\$60 milhões de principal e vencimentos dos juros devidos, quando da liberação do empréstimo de longo prazo do BNDES descritos no itens (x) e (y).

(v) A UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. recebeu em 28 de dezembro de 2011 a liberação de R\$242,7 milhões, referente ao do subcrédito C do contrato de empréstimo-ponte com o BNDES, que corresponde ao total previsto neste subcrédito (em R\$ nominais, excluindo juros durante a capitalização). O custo anual contratado é de TJLP + 2,8%. Este empréstimo-ponte foi totalmente liquidado em dezembro de 2012 quando da liberação do empréstimo de longo prazo do BNDES descritos no itens (x) e (y).

(w) A UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. recebeu em 28 de dezembro de 2011 a liberação de R\$157,3 milhões, referentes aos subcréditos A e B do mesmo contrato de empréstimo ponte com o BNDES mencionado no item anterior. O custo anual contratado é de IPCA + Taxa Referência BNDES + 2,8%. Este empréstimo-ponte foi totalmente liquidado em dezembro de 2012 quando da liberação do empréstimo de longo prazo BNDES descritos no itens (x) e (y).

(x) A UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. recebeu em dezembro de 2012 a liberação de R\$495,6 milhões, referentes aos subcréditos B e C do contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES de um total previsto de R\$671 milhões. Estes subcréditos serão amortizados em 168 parcelas mensais com início em 15 de julho de 2013, juntamente com os juros. O custo anual contratado é de TJLP + 1,88%.

(y) A UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. recebeu em dezembro de 2012 a liberação de R\$204,3 milhões, referentes a totalidade do subcrédito C do mesmo contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES mencionado no item anterior. Este subcrédito será amortizado em 13 parcelas anuais com início em 15 de julho de 2014, juntamente aos juros. O custo anual contratado é de IPCA + TR BNDES + 1,88%.

(z) Em 28 de fevereiro de 2012, a UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. captou R\$ 150 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o Banco Santander, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo, que é para o financiamento da implantação das usinas termelétricas Maranhão IV e V, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3%. Este empréstimo-ponte foi totalmente liquidado em dezembro de 2012 quando da liberação do empréstimo de longo prazo BNDES descritos no itens (x) e (y).

(aa) Este empréstimo não faz mais parte de base contábil da MPX em função da cisão ocorrida, na qual os ativos e passivos da MPX Colombia foram transferidos para a CCX.

(bb) Em 30 de março de 2012, a UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A. captou R\$ 100 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o Banco Itaú BBA, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo-ponte, que é para o financiamento da implantação da usina termelétrica Maranhão III, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento em 30 de setembro de 2013 com principal e juros pagos no final.

(cc) Em 30 de março de 2012, a UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A. captou R\$ 125 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o Banco HSBC, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo-ponte, destinado ao financiamento da implantação da usina termelétrica Maranhão III, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento em 30 de setembro de 2013 com principal e juros pagos no final.

(dd) Em 7 de maio de 2012, a UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A. celebrou um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) de R\$ 325 milhões com a Caixa Econômica Federal, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo-ponte, para o financiamento da implantação da usina termelétrica Maranhão III, foi desembolsado em uma tranche de R\$125 milhões e duas de R\$ 100 milhões, nos dias 08 de maio de 2012, 15 de maio de 2012 e 30 de maio de 2012, respectivamente, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento em 7 de novembro de 2013 com principal e juros pagos no final.

(ee) Em 18 de Julho de 2012, a MPX Energia S/A realizou a distribuição pública de 300 notas promissórias comerciais, em série única, no valor nominal unitário de R\$1 milhão, perfazendo o valor total de R\$ 300 milhões, com vencimento em 360 dias da emissão, remuneradas pela variação do CDI mais 1,5% a.a. Os bancos BTG Pactual e Santander, coordenadores da oferta, adquiriram, respectivamente, o equivalente a R\$200 milhões e R\$100 milhões das notas promissória emitidas.

(ff) Em 27 de setembro de 2012, a controladora MPX Energia S.A emitiu junto ao Banco Citibank S.A uma CCB (Cédula de Crédito Bancário), no valor de R\$ 101,2 milhões com vencimento em 27 de setembro de 2013. Os juros pactuados foram de 100% do CDI mais 1,15% ao ano e serão pagos no vencimento.

(gg) Em 27 de setembro de 2012, a controladora MPX Energia S.A obteve empréstimo junto ao Banco Citibank S.A através da celebração de Credit Agreement, nos termos da Resolução 4.131 do BACEN, num montante de US\$ 50 milhões (equivalente a R\$101.544). Os juros incidentes nessa captação são de Libor + 1,26% a.a. e serão pagos trimestralmente. O principal será pago semestralmente com carência até 26 de setembro de 2014 e término do contrato em 27 de setembro de 2017. Para se proteger da variação cambial sobre essa captação a MPX Energia S.A contratou junto ao próprio Citibank uma operação de swap. Vide Nota Explicativa 19.

(hh) Em 14 de Dezembro de 2012, a MPX Energia S/A realizou a distribuição pública de 300 notas promissórias comerciais, em série única, no valor nominal unitário de R\$1 milhão, perfazendo o valor total de R\$ 300 milhões, com vencimento em 360 dias da emissão, remuneradas pela variação do CDI mais 1,5% a.a. Os bancos BTG Pactual, Morgan Stanley e Citibank, coordenadores da oferta, adquiriram, respectivamente, o equivalente a R\$100 milhões das notas promissória emitidas, cada um.

(ii) Em 13 de dezembro de 2012, a controladora MPX Energia S.A emitiu junto ao Banco BTG Pactual uma CCB (Cédula de Crédito Bancário), no valor de R\$ 101,9 milhões com vencimento em 13 de dezembro de 2013. Os juros pactuados foram de 100% do CDI mais 1,50% ao ano e serão pagos no vencimento.

#### Covenants financeiros

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas investidas pelos credores envolvidos em contratos financeiros, alguns deles incluem cláusulas específicas de covenants financeiros.

Os contratos de financiamento relativos aos projetos Porto do Pecém Geração de Energia S.A., MPX Pecém II Geração de Energia S.A., UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. e UTE Parnaíba Geração de Energia S.A., contêm especificações de índices (índice de cobertura do serviço da dívida) mínimos que visam medir a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBITDA ("earnings before interest, taxes, depreciation and amortization").

Em 31 de dezembro de 2012 todos os covenants financeiros previstos nos contratos estavam atendidos.

Alguns contratos de financiamento possuem também cláusulas com covenants não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais em 31 de dezembro de 2012 se encontram integralmente atendidas.

- Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- Direito dos credores de proceder a inspeções e visitas das suas instalações;
- Obrigação de manter-se em dia em relação a obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas.

As parcelas dos empréstimos e financiamentos classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2012 têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado
Ano de vencimento	
2014	333.064
2015	315.386
2016	314.262
2017 até o último vencimento	3.189.235
	4.151.947

Não foram identificadas situações de descumprimento de cláusulas de covenants financeiros e não financeiros até 31 de dezembro de 2012

#### 17. DEBÊNTURES

Em 15 de junho de 2011 a MPX Energia S.A. emitiu 21.735.744 debêntures, no valor unitário de R\$63,00 (sessenta e três reais), totalizando R\$1,376 bilhão. Estas debêntures são escriturais, nominativas e conversíveis em ações ordinárias da Companhia, sendo assim caracterizado um contrato híbrido (combinado). O prazo de vencimento será de 3 anos finalizando em 15 de junho de 2014, serão atualizadas pelo IPCA mais uma taxa de remuneração de 4% ao ano, exigida anualmente a partir de 15 de junho de 2012. Em 24 de maio de 2012, 21.663.033 debêntures foram convertidas em 33.269.948 ações gerando um aumento de capital de R\$ 1.430.607.764,00. Este aumento mediante conversão da quase totalidade das debêntures foi ocasionado pela reestruturação societária da MPX Energia S.A., conforme descrito na Nota 1.

Como componentes do contrato híbrido, existem dois derivativos embutidos, além de um contrato principal não-derivativo. Os derivativos contidos em contrato são baseados em opções. Desta forma, a Administração optou por separar os instrumentos financeiros derivativos de seu contrato principal de acordo com os termos expressos na característica de cada opção. O contrato principal não-derivativo é mantido na categoria de Empréstimos e recebíveis, cuja mensuração subsequente se dá ao custo amortizado. A quantia escriturada inicial do instrumento principal é a quantia residual depois de separar cada derivativo embutido.

Os instrumentos financeiros derivativos segregados são:

a) Opção de compra ("CALL") em que cada debênture poderá ser convertida, de maneira isolada e a livre critério de seu titular, e a qualquer momento, pelos debenturistas até a data de vencimento das debêntures, por meio de uma solicitação de conversão enviada à emissora, por uma quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia resultante da divisão entre seu valor nominal atualizado, na data de conversão das debêntures, e o preço fixo de R\$43,00 (quarenta e três reais) ("preço de exercício da opção de compra") por ação.

b) Opção de venda com barreira ("PUT") em que a condição para conversão, a critério da emissora, ocorrerá quando o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia, calculado com base no preço médio ponderado pelo volume das referidas ações ordinárias nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data de tal verificação, alcançar valor igual ou superior a 140% do preço de conversão ("preço de barreira").

O valor justo das opções foi determinado a partir de modelos de apreçamento de opções. Para a opção de compra ("CALL") a determinação do valor justo foi extraída a partir de uma adaptação do modelo de precificação de opções Black and Scholes com pagamento de dividendos. Para a opção de venda com barreira ("PUT") a determinação do valor justo foi extraída a partir de um modelo de apreçamento de opções flexíveis ("com barreira"). O valor justo de instrumento financeiro no reconhecimento inicial, em 15 de junho de 2011, é o preço da transação e para 31 de dezembro de 2012, foi reconhecido o valor justo dos derivativos mencionados acima gerando um ganho de R\$62.482, refletindo a variação no resultado do exercício.

#### 18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	293
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	-	500
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	56	31
ICMS	37	1.996
PIS, COFINS, IRRF e CSL	40	4.737
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	14	7
IVA (Chile/Áustria)	-	-
Outros	255	29
Circulante	402	100
		11.375
		18.261

Em 31 de dezembro de 2012, os tributos calculados sobre o lucro líquido ajustado compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2012
Prejuízo do exercício antes do IRPJ/CSLL	(460.921)	(549.090)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(156.713)	(186.691)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva	78.241	-
Resultado de equivalência patrimonial	4.883	-
Provisão para passivo a descoberto	5.667	867
Doações	-	5.532
Provisão para liquidação de hedge	8.323	16.075
Ajuste - Opções de ações outorgadas	-	13.532
Outros	-	6.058
Ajuste RTT - IR Diferido	25.395	25.395
Baixa Ativo Diferido Fiscal Cisão CCX	-	4.594
Resultado empresas exterior (Áustria e Chile)	-	2.289
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	-	(2.289)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(25.720)	(116.927)

Total do efeito do imposto no resultado  
Alíquota efetiva

Prejuízo do exercício antes do IRPJ/CSLL  
Alíquota nominal  
IRPJ/CSLL à alíquota nominal  
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:  
Resultado de equivalência patrimonial  
Provisão para passivo a descoberto  
Doações não dedutíveis  
Provisão para liquidação de hedge  
Ajuste - Opções de ações outorgadas  
Ajuste RTT - IR Diferido  
Outros  
Resultado empresas exterior (Áustria e Chile)  
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente  
Imposto de renda e contribuição social diferidos  
Total do efeito do imposto no resultado  
Alíquota efetiva

Em 31 de dezembro de 2012, a base de cálculo para apuração de imposto de renda e contribuição social a recolher foi deduzida das despesas pré-operacionais, conforme Solução de Divergência nº 32 de 21 de julho de 2008 da Receita Federal, gerando base negativa, e consequentemente as controladas não constituem provisão para estes tributos.

#### 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de gerenciamento de risco revisada e aprovada pelo Conselho de Administração.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A descrição dos saldos contábeis consolidados dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, estão apresentadas a seguir:

	Controladora			31/12/2011		
	Valor justo	Custo amortização	Total	Valor justo	Custo amortização	Total
<b>Instrumentos financeiros</b>						
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	206.263	-	206.263	960.258	-	960.258
Ganhos em operações com derivativos	3.018	-	3.018	19.289	-	19.289
Depósito vinculado	-	102.684	102.684	-	56.727	56.727
Mútuo com controladas	-	505.976	505.976	-	24.173	24.173
Contas a receber com outras pessoas ligadas	-	1.134	1.134	-	2.796	2.796
Contas a receber com controladas	-	16.364	16.364	-	5.710	5.710
AFC - com controladas	-	419.426	419.426	-	162.757	162.757
Derivativos embutidos	479	-	479	-	-	-
Passivos						
Fornecedores	-	3.849	3.849	-	1.298	1.298
Empréstimos e financiamentos	-	1.026.527	1.026.527	-	106.286	106.286
Debêntures	-	5.065	5.065	-	1.433.615	1.433.615
Derivativos embutidos	-	-	-	62.003	-	62.003
Débitos com controladas	-	3.859	3.859	-	724	724
Débitos com outras partes relacionadas	-	2.664	2.664	-	3.213	3.213

	Consolidado			31/12/2011		
	Valor justo	Custo amortização	Total	Valor justo	Custo amortização	Total
<b>Instrumentos financeiros</b>						
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	590.469	-	590.469	1.442.415	-	1.442.415
Títulos e valores mobiliários	3.441	-	3.441	9.437	-	9.437
Contas a receber	-	152.114	152.114	-	21.898	21.898
Ganhos em operações com derivativos	3.018	-	3.018	19.289	-	19.289
Subsídio a receber CCC	-	42.178	42.178	-	29.445	29.445
Depósitos vinculados	-	141.954	141.954	-	124.315	124.315
Mútuo com controladas	-	359	359	-	-	-
Contas a receber com outras pessoas ligadas	-	8.575	8.575	-	8.436	8.436
Contas a receber com controladas	-	3.732	3.732	-	-	-
Derivativos embutidos	479	-	479	-	-	-

	Consolidado			31/12/2011		
	Valor justo	Custo amortização	Total	Valor justo	Custo amortização	Total
<b>Instrumentos financeiros</b>						
Passivos						
Fornecedores	-	228.638	228.638	-	186.680	186.680
Empréstimos e financiamentos em R\$	-	5.745.427	5.745.427	-	4.050.131	4.050.131
Empréstimos e financiamentos em US\$	-	321.922	321.922	-	291.619	291.619
Debêntures	-	5.065	5.065	-	1.433.615	1.433.615
Derivativos embutidos	-	-	-	62.003	-	62.003
Débitos com controladas	-	14.659	14.659	-	-	-
Débitos com pessoas ligadas	-	4.613	4.613	-	4.037	4.037
Débitos com controladoras	-	3.407	3.407	-	-	-
Perdas em operações com derivativos	206.498	-	206.498	243.431	-	243.431
Retenções contratuais	-	133.935	133.935	-	180.497	180.497

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos valores de mercado (valor justo). Aqueles cujo valor contábil apresenta diferença significativa em relação ao valor de mercado são apresentados na nota seguinte sobre o valor justo de ativos e passivos financeiros.

#### 19.1. Valor justo dos instrumentos financeiros

O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados ou não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da empresa tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo. As contas cujo valor justo difere do valor contábil estão especificadas a seguir. Aplicações financeiras estão sendo apresentadas pelo valor justo, devido à sua classificação na categoria de valor justo através do resultado.

Hierarquia de valor justo dos instrumentos derivativos			
Preços observáveis em mercado ativo (Nível I)	Precificação com preços observáveis (Nível II)	Precificação sem preços observáveis (Nível III)	
Instrumentos financeiros	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	(6.512.580)	-
Instrumentos derivativos	-	(203.480)	-
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	-	<b>(6.716.060)</b>	-

#### 19.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco

19.2.1. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia possui política formal para gerenciamento dos riscos financeiros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção patrimonial (hedge) é feita por meio de análise da exposição ao risco (câmbio, taxa de juros entre outros riscos) e obedece a estratégia aprovada pelo Conselho de Administração.

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo (até 01 ano), podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquir



A Companhia e suas controladas detiveram ao longo do primeiro semestre operações de proteção com instrumentos do tipo NDF (*Non Deliverable Forward*), que consiste na negociação a termo sem entrega física de moeda para amenizar o impacto dos descalamentos cambiais. O volume de proteção contratado é um espelho dos fluxos de pagamento do contrato de origem. Para esse tipo de operação não há exigência de margem de garantia. A MPX Energia tem operação de proteção do *capex* da UTE Parnaíba denominado em dólar. O valor referencial de início da operação foi de aproximadamente R\$117 milhões na moeda base e o valor remanescente em 31 de dezembro da ordem de R\$19,8 milhões.

**Empréstimo denominado em dólares na UTE Porto do Pecém**

Contabilidade de hedge (*hedge accounting*)  
A Energia Pecém possui investimento em *capex* (construção da UTE) que será realizado na proporção de 75% com financiamento de longo prazo, parte em dólares norte-americanos, e 25% com capital próprio. Em 10 de julho de 2009, foram assinados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID") e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") os contratos de financiamento de longo prazo. Com vista ao financiamento do *capex* no período anterior a 10 de julho de 2009, fez-se necessária a contratação de empréstimo-ponte junto ao Citibank, o qual foi quitado com os recursos provenientes dos referidos contratos.

Considerando o fato de que grande parte do investimento é denominada em dólares norte-americanos e em euros e que suas receitas futuras serão lastreadas em reais, foram contratados instrumentos derivativos para fins de proteção patrimonial. Em 1º de abril de 2009, a Companhia adotou metodologia de contabilidade de *hedge* tendo como item objeto de *hedge* a variação cambial dos financiamentos em dólares norte-americanos de longo prazo com o BID. O instrumento derivativo designado para essa relação é uma NDF com vencimento até maio de 2015 com valor notional de US\$327 milhões (US\$163,5 milhões equivalente a 50% de participação da MPX Energia S.A.).

Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação cambial do instrumento derivativo de proteção designado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, em conta de ajuste de avaliação patrimonial, sendo esta parcela do valor justo do derivativo considerada efetiva. A diferença entre o valor justo e a variação cambial é a parcela inefetiva e por consequência é reconhecida no resultado.

Em 30 de outubro de 2009, houve a liquidação do empréstimo-ponte. Nesta mesma data ocorreu a liberação de US\$260 milhões referentes à primeira parcela do financiamento de longo prazo do BID, e calculou-se o Ajuste a Valor Presente (AVP) com base nos US\$67 milhões ainda não desembolsados pelo BID (antes desta liberação, o AVP foi calculado com base nos US\$169 milhões de exposição referentes à diferença entre o derivativo contratado de US\$327 milhões e o empréstimo-ponte de US\$158 milhões). Em 31 de agosto de 2010 houve liberação de US\$50 milhões referente à segunda parcela do financiamento de longo prazo do BID, passando assim a calcular o AVP com base nos US\$17 milhões restantes, ainda não desembolsados pelo BID. Em 4 de fevereiro de 2011 houve liberação de US\$9 milhões referente à terceira parcela do financiamento de longo prazo do BID, passando assim a se calcular o AVP com base nos US\$7 milhões restantes, ainda não desembolsados pelo BID.

Têm-se também as seguintes características do objeto coberto por este instrumento financeiro, para fins de aplicação do *hedge accounting*:

- O projeto tem previsão de conclusão para o primeiro trimestre de 2013;
- O item coberto é associado com o referido investimento (tornado público pela empresa);
- O investimento tem um interesse público relevante para o Brasil; e
- Na data do início, um montante de US\$158 milhões já havia sido contratado e atualmente US\$319,7 milhões já foram contratados representando 98% do total do item coberto.

Os impactos dos ganhos e perdas desta transação de *hedge accounting* no período foram os seguintes:

2012	
Resultado	Patrimônio líquido
(7.931)	5.234

Derivativos com propósito de proteção

Ganho (perdas) com derivativos

Em 1º de abril de 2011, a Companhia adotou metodologia de *hedge accounting* tendo como item objeto de *hedge* a taxa liber dos juros para o período de amortização referente financiamento em dólares norte-americanos de longo prazo com o BID. O instrumento derivativo designado para essa relação é um termo *float/fixed* do fluxo de caixa da taxa de juros com vencimento entre outubro/2012 e outubro/2024, cujos valores nacionais referem-se à expectativa de desembolso acumulado dos juros de longo prazo com o BID.

Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MTM (*marked-to-market*), líquido dos juros provisionados até a data-base, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial. A diferença entre o valor justo e a taxa liber é a parcela inefetiva e por consequência é reconhecida no resultado.

Os impactos dos ganhos e perdas nesta transação de *hedge accounting* no período foram os seguintes:

2012	
Resultado	Patrimônio líquido
20.471	(13.511)

Derivativos com propósito de proteção

Ganho com derivativos

**c) Cenários de quebra de correlação (análise de sensibilidade - testes de estresse)**

Análise de sensibilidade para a variação cambial (alta do dólar americano frente ao real) nos instrumentos derivativos relacionados com suas operações de origem. O cenário provável é o valor justo na data de referência. O resultado nos cenários mostra o valor de mercado do *book* (com a operação de origem e seus *hedges* relacionados) caso o fator de risco assumisse o valor de cenário.

Risco	Análise de Sensibilidade		
	Cenário provável (valor justo)	Cenário I   USD25%+	Cenário II   USD50%+
<b>Porto do Pecém Ger. Energia</b>			
Contrato a termo USD/BRL	desvalorização do dólar (4.932)	73.995	152.655
Swap Libor x Prefixada	valorização do dólar (83.817)	(104.889)	(125.842)
Empréstimo em dólar	valorização do dólar (355.235)	(444.056)	(532.878)
<b>Resultado da operação</b>	<b>(443.984)</b>	<b>(474.950)</b>	<b>(506.065)</b>

(\*) A avaliação não representa o total exposto na moeda e nem a perda global relacionada à exposição

Risco	Análises de Sensibilidade		
	Cenário provável (valor justo)	Cenário I   USD25%+	Cenário II   USD50%+
<b>UTE Porto do Itaquí Ger. Energia</b>			
Swap Libor x Prefixada	valorização do dólar (117.748)	(147.357)	(176.795)
<b>Resultado da operação</b>	<b>(117.748)</b>	<b>(147.357)</b>	<b>(176.795)</b>

(\*) A avaliação não representa o total exposto na moeda e nem a perda global relacionada à exposição

**19.2.2.3. Risco de taxa de juros**

Risco de deslocamento das estruturas de juros que podem estar associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros de dívida.

**a) Gerenciamento de risco**

O grupo MPX possui financiamentos atrelados ao dólar e indexados à taxa Libor em sua subsidiária no Chile e na unidade produtora de energia Porto do Pecém. Para essa estrutura de dívida, a Companhia contratou operação de swap para proteção contra flutuações da Libor, assumindo como passivo uma estrutura de juros prefixada.

A parte da dívida do Grupo MPX denominada em reais está associada a índices de correção que acompanham o mercado e com baixo risco de descolamento, como TJLP, IPCA e CDI. Portanto, em seu contexto atual, a Companhia não considera relevante o risco de juros associado aos seus passivos.

**19.2.3. Risco de crédito**

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência utilizada é o Índice RiskBank® da consultoria Lopes Filho e Associados.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio. A exposição máxima ao risco de crédito pode ser representada pelo saldo das aplicações financeiras.

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Consolidado</b>		
Posições representativas do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	590.469	1.442.415
Títulos e valores mobiliários	3.441	9.437
Contas a receber de clientes	152.114	21.898
Ganhos em operações com derivativos	3.018	753.809
Subsídio a receber - CCC	42.178	29.445
Depósito vinculado	141.954	124.315
Consolidado das contas credoras	933.174	2.381.319

O **RISKbank®** - Sistema de Classificação de Risco Bancário - é um produto que tem como objetivo classificar e acompanhar sistematicamente o risco e a performance das instituições financeiras no Brasil, tornando-se uma ferramenta eficiente para identificar possíveis problemas nas áreas mais sensíveis dos bancos. O **RISKbank®** desenvolveu há mais de dez anos uma metodologia avançada de mensuração de risco bancário, que envolve tanto a tradicional análise quantitativa como a qualitativa (texto de natureza pública apresentado no site da ferramenta: <http://www.riskbank.com.br>)

**Quadro de classificação de risco "Índice Riskbank"**

Banco	Classificação de risco	Índice risk bank	
		31/12/2012	31/12/2011
Bradesco	Baixo risco para longo prazo	11,23	11,61
BTG Pactual	Baixo risco para médio prazo	11,27	11,42
HSBC Bank Brasil	Baixo risco para longo prazo	10,49	10,33
Itaú Unibanco	Baixo risco para longo prazo	11,25	11,92
Safra	Baixo risco para longo prazo	11,60	11,59
Votorantim	Baixo risco para longo prazo	8,90	10,43

**19.2.4. Risco de liquidez**

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2012 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros, conforme quadro abaixo:

	Consolidado - 31/12/2012					Total por conta
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	228.638	-	-	-	-	228.638
Partes relacionadas	22.464	-	215	-	-	22.679
Empréstimos e financiamentos	620.734	1.961.628	778.686	1.779.931	4.087.283	9.228.262
Debêntures	-	111	4.954	-	-	5.065
Retenção contratual	-	133.935	-	-	-	133.935
Instrumentos financeiros derivativos	31.269	29.788	66.367	133.751	64.417	325.592
<b>total</b>	<b>903.105</b>	<b>2.125.462</b>	<b>850.222</b>	<b>1.913.682</b>	<b>4.151.700</b>	<b>9.944.171</b>

As captações de curto prazo realizadas na MPX Energia em 2012 de aproximadamente R\$800 milhões tiveram o objetivo de financiar parte dos investimentos realizados nos projetos neste mesmo ano. A Companhia está trabalhando para liquidação parcial e rolagem longo prazo em 2013 destes financiamentos de curto prazo e capitalizar a empresa para fazer frente as necessidades de investimento de potenciais novos projetos.

	Consolidado - 31/12/2011					Total
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Passivos						
Fornecedores	186.680	-	-	-	-	186.680
Partes relacionadas	-	3.697	340	-	-	4.037
Empréstimos e financiamentos	331.460	540.291	857.810	1.497.939	3.702.326	6.929.826
Debêntures	-	54.943	62.652	1.708.911	-	1.826.506
Retenção contratual	-	180.497	-	-	-	180.497
Instrumentos financeiros derivativos	461	115.672	92.961	272.528	496.329	977.951
<b>total</b>	<b>518.601</b>	<b>895.100</b>	<b>1.013.763</b>	<b>3.479.378</b>	<b>4.198.655</b>	<b>10.105.497</b>

**20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

A Companhia e suas controladas não são parte em ações judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável de perda, e consequentemente não constituíram provisão para contingências.

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis e trabalhistas, no montante de R\$25.143(R\$9.457 em 31 de dezembro de 2011), avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, para as quais a Administração julga não ser necessária a

constituição de qualquer provisão. As principais causas cuja classificação é "possível de perda" são as seguintes:

- Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal em Corumbá, Mato Grosso do Sul, em litisconsórcio com o Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, contra o IBAMA e a Termopantanal Ltda., questionando a validade da licença prévia concedida por aquele instituto à referida controlada da MPX Energia S.A.
- Ação proposta pelo Ministério Público Federal e pelo IBAMA visando à anulação dos atos praticados no licenciamento da UTE Porto de Itaquí Geração de Energia S.A. sob a alegação de que a competência para o licenciamento seria do IBAMA.
- Ação proposta pelo Ministério Público Federal na qual requer: (i) que a Semace e o IBAMA se abstenham de conceder licenças ambientais na área destinada à implantação do Distrito Industrial de Pecém até que seja realizado o licenciamento de todo o complexo; (ii) paralisação imediata das obras de instalação da UTE; (iii) o condicionamento de contratos pelo Estado do Ceará para novos empreendimentos ao prévio licenciamento ambiental do próprio complexo industrial.
- Tributação pelo IRPJ e CSLL dos pagamentos e recebimentos relativos à conta consumo de combustíveis fósseis ("CCC").
- Ação de indenização com pedido de tutela antecipada contra a UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A., em razão da suposta passagem da linha de transmissão desta no Sítio Livramento.
- Ação de Reintegração de Posse movida pela Companhia Operadora Portuária do Itaquí (COPi) alegando ser titular de parte da área utilizada pela UTE Porto do Itaquí.
- Cobrança de ICMS, cuja consequência foi a ausência de registro do montante de crédito acumulado.
- Auto de infração ambiental instaurado contra Amapari Energia S.A. Em 27 de fevereiro de 2012 foi apresentada a defesa, bem como todos os estudos e documentos requeridos pelo IMAP - Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial de Amapá.

**21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente, o capital social da Companhia está dividido em 578.241.732 (quinhentos e setenta e oito milhões duzentos e quarenta e um mil e setecentos e trinta e dois reais) e 136.720.840 (cento e trinta e seis milhões, setecentos e vinte mil e oitocentos e quarenta), ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2012 corresponde a R\$3.731.734 (R\$2.042.014 em 31 de dezembro de 2011), composto por 578.241.732 ações ordinárias, assim distribuídas:

	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Acionista				
Eike Fuhrken Batista	289.705.431	50,1	91.779.524	67,1
Centennial Asset Mining Fund LLC (*)	20.208.840	3,5	6.736.280	4,9
Centennial Asset Brazilian Equity Fund LLC (*)	1.822.065	0,3	463.300	0,3
E.ON	67.869.516	11,7	-	-
BNDESPAR	59.823.537	10,4	-	-
Outros	138.812.343	24,0	37.741.736	27,7
Total	578.241.732	100	136.720.840	100,0

(\*) Controladas por Eike Fuhrken Batista.

Abaixo, o resumo da evolução do Capital Social no ano de 2012:

Data	Quantidade de ações	Capital social (R\$ mil)	Descrição
31/12/2011	136.720.840	2.042.014	Saldo inicial
29/Fev	9.633	415	Conversão debêntures
21/Mar	5.096	219	Conversão debêntures
21/Mar	7.040	26	Aumento de capital - plano companhia
09/Mai	125.620	1.256	Aumento de capital - plano companhia
24/Mai	33.254.705	1.429.952	Conversão debêntures
24/Mai	-	(742.187)	Cisão CCX
24/Mai	22.623.796	610.873	Aprovação aumento de capital - E.ON
22/Jun	514	22	Conversão debêntures
02/Jul	-	389.084	Aprovação aumento de capital - E.ON
13/Jul	-	16	Aprovação aumento de capital - E.ON
15/Ago	385.494.488	-	Desdobramento Ações Ordinárias
30/Set	-	28	Aprovação aumento de capital - E.ON
20/Dez	-	16	Aumento de capital - plano companhia
	578.241.732	3.731.734	Saldo final

Em fevereiro de 2012 foi efetuado aumento do capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 29/02/2012, mediante a emissão de 9.633 novas ações, em decorrência da conversão de 6.383 debêntures das 21.735.744 debêntures emitidas pela Companhia em 15 de junho de 2011.

Em março de 2012 foi efetuado aumento do capital da Companhia, ratificado pela Reunião do Conselho de Administração de 21/03/2012, mediante a emissão de 5.096 novas ações, em decorrência da conversão de 3.350 debêntures, e mediante a emissão de 7.040 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia.

Em maio de 2012 foi efetuado aumento de capital, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração, realizada em 09/05/2012, mediante a emissão de 125.620 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia.

Além disso, no 2º trimestre de 2012, foi efetuado aumento de capital, ratificado pela Reunião do Conselho de Administração de 24/05/2012, mediante emissão de 33.254.705 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência da conversão de 21.652.966 debêntures.

Em 24 de maio de 2012 foi efetivada a cisão parcial da MPX Energia S.A., mediante a venda da parcela de seu patrimônio líquido correspondente à participação da Companhia no capital social das empresas CCX Brasil Participações S.A. e CCX Carvão da Colômbia S.A. Como resultado da cisão parcial o capital social da Companhia foi reduzido em R\$ 742.187.

Em junho de 2012 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 15/06/2012, ratificando a emissão de 514 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, em decorrência da conversão de 334 debêntures. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 170.122.934 para 170.123.448. O Conselho de Administração da MPX aprovou em 24 de maio de 2012 um aumento de capital da Companhia, no valor total de R\$ 1.000.000, mediante a emissão de 22.623.796 novas ações. Até o segundo trimestre de 2012 foram subscritas 13.820.858 novas ações ordinárias, totalizando um valor de R\$ 610.872, que impactou diretamente o Patrimônio Líquido da MPX. Entretanto, as ações só passaram a existir após a conclusão do aumento de capital com consequente homologação do mesmo, o qual foi concluído em julho de 2012 e homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 25 de julho de 2012. Dessa forma em julho, o número de ações da Companhia aumentou de 170.123.448 para 192.747.244.

Nos termos da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 15 de agosto de 2012, os acionistas reunidos aprovaram, por unanimidade, o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio do qual cada 1 (uma) ação ordinária existente passou a corresponder a 3 (três) ações da mesma classe. Fizeram jus ao recebimento das ações desdobradas os acionistas da MPX com base na composição acionária de 15 de agosto de 2012. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 192.747.244 para 578.241.732.

**22. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO**

**Lucro básico e diluído por ação**

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado pela divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação conforme o quadro abaixo:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Ordinárias	Total	Ordinárias	Total
Numerador básico e diluído				
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(435.202)	(435.202)	(408.553)	(408.553)
Denominador básico e diluído				
Média ponderada de ações	578.241.732	578.241.732	136.720.840	136.720.840
Prejuízo por ação (R\$) - básico e diluído	(0,7526)	(0,7526)	(2,9882)	(2,9882)

Em 31 de dezembro de 2012, 21.769 opções de ações não foram incluídas no cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido antidilutivo. Desta forma, em 31 de dezembro de 2012 não há diferença entre o prejuízo por ação básico e diluído.

**23. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES**

As opções de ações da Companhia têm a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Opção de ações outorgadas - patrimônio líquido		
Outorgadas pela Companhia (Quadro 1 e Quadro 2)	25.341	10.971
Outorgadas pelo Controlador (Quadro 3)	296.563	263.654
<b>Total</b>	<b>321.904</b>	<b>274.625</b>
Controladora e Consolidado		
	31/	

Plano 1

Opções de ações outorgadas em ações				
Data da outorga	Condições da outorga	Data maturação	Data vencimento	Quantidade de opções outorgadas
26/11/2007	Permanecer na Companhia pelo prazo de 5 anos	26/11/2008	26/11/2009	105.600
		26/11/2009	26/11/2010	105.600
		26/11/2010	26/11/2011	105.600
		26/11/2011	26/11/2012	105.600
		26/11/2012	26/11/2013	105.600
Total				528.000

		2012	
		Preço de Exercício R\$/ação (a)	Quantidade de opções
Saldo em 27 de novembro de 2007		0,76	528.000
Exercidas em 2008		-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008		0,82	528.000
Exercidas em 2009		-	(211.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2009		0,85	316.800
Exercidas em 2010		-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010		0,90	316.800
Exercidas em 2011		-	(105.600)
Saldo em 31 de dezembro de 2011		0,96	211.200
Exercidas em 2012		-	-
Canceladas em 2012		-	(126.720)
Saldo em 31 de dezembro de 2012		1,01	84.480

(a) Preços de exercício das opções corrigidos pelo IPCA.

		2012
Saldo de opções remanescentes		84.480
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012		84.480
Prazo médio remanescente (anos)		0,92
Valor justo das opções outorgadas em R\$ (b)		10,04
Preço da ação em R\$ (c)		11,15
Preço de exercício das opções em R\$ (a)		1,01
Volatilidade esperada ao ano(d)		37,76%
Taxa de juros livre de risco ao ano(média)(e)		0,90%
Efeitos no resultado do período:		
Plano de opções de ações R\$ mil		53
Valor intrínseco do Plano em R\$ mil		856

(b) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973) uma variante do modelo de Black & Scholes (1973) que considera o pagamento de dividendos (variável não contemplada do modelo de Black & Scholes) - MERTON, R. Theory of Rational Option Pricing. *Bell Journal of Economics and Management Science*, 4 (Spring 1973), 141-83

(c) O preço de fechamento do pregão até 31 de dezembro de 2012, quando a ação MPXE3 foi cotada a R\$11,15

(d) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação histórica da ação MPXE3.

(e) Taxa de referência para ajustes de contratos de SWAP com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA

Plano 2

Opções de ações outorgadas em ações				
Data da outorga	Condições da outorga	Data maturação	Data vencimento	Quantidade de opções outorgadas
01/12/2010	Permanecer na Companhia pelo prazo de 7 anos	14/12/2011	14/12/2012	330.000
		14/12/2012	14/12/2013	330.000
		14/12/2013	14/12/2014	330.000
		14/12/2014	14/12/2015	330.000
		14/12/2015	14/12/2016	660.000
		14/12/2016	14/12/2017	660.000
		14/12/2017	14/12/2018	660.000
Total				3.300.000

		2012	
		Preço de Exercício R\$/ação (a)	Quantidade de opções
Saldo em 01 de dezembro de 2010		5,94	3.300.000
Exercidas em 2010		-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010		6,33	3.300.000
Exercidas em 2011		-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011		6,75	3.300.000
Exercidas em 2012		-	(310.500)
Canceladas em 2012		-	(100.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (f)		3,57	2.889.000

(a) Preços de exercício das opções corrigidos pelo IPCA. Quantidades e preços de exercício após o desdobramento ocorrido em 15 de agosto de 2012 e cisão parcial da CCX.

(f) Redução do preço de exercício para 40% do preço inicial corrigido pelo IPCA.

		2012
Quantidade total de opções remanescentes		2.889.000
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012		321.000
Prazo médio remanescente (anos)		4,01
Valor justo das opções outorgadas em R\$ (b)		7,61
Preço da ação em R\$ (c)		11,15
Preço de exercício das opções em R\$ (a)		3,57
Volatilidade esperada ao ano (d)		35,48% a 45,26%
Taxa de juros livre de risco ao ano (média)(e)		2,24%
Efeitos no resultado do período:		
Plano de opções de ações R\$ mil		1,025
Valor intrínseco do Plano em R\$ mil		21.912

(b) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973) uma variante do modelo de Black & Scholes (1973) que considera o pagamento de dividendos (variável não contemplada do modelo de Black & Scholes) - MERTON, R. Theory of Rational Option Pricing. *Bell Journal of Economics and Management Science*, 4 (Spring 1973), 141-83

(c) O preço de fechamento do pregão até 31 de dezembro de 2012, quando a ação MPXE3 foi cotada a R\$11,15

(d) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação histórica da ação MPXE3.

(e) Taxa de referência para ajustes de contratos de SWAP com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA

Plano 2.1 - segunda outorga do plano 2

Opções de ações outorgadas em ações				
Data da outorga	Condições da outorga	Data Maturação	Data Vencimento	Quantidade de opções outorgadas
27/04/2012	Permanecer na Companhia pelo prazo de 7 anos	27/04/2013	27/04/2014	3.000
		27/04/2014	27/04/2015	3.000
		27/04/2015	27/04/2016	3.000
		27/04/2016	27/04/2017	3.000
		27/04/2017	27/04/2018	6.000
		27/04/2018	27/04/2019	6.000
		27/04/2019	27/04/2020	6.000
Total				30.000

		2012	
		Preço de Exercício R\$/ação (a)	Quantidade de opções
Saldo em 30 de abril de 2012		4,13	30.000
Exercidas em 2012		-	(3.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (f)		4,29	27.000

(f) Aumento do desconto no preço de exercício de 20% para 60%

		2012
Quantidade total de opções remanescentes		27.000
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012		-
Prazo médio remanescente (anos)		3,98
Valor justo das opções outorgadas em R\$ (b)		7,14
Preço da ação em R\$ (c)		11,15
Preço de exercício das opções em R\$ (a)		4,29
Volatilidade esperada ao ano (d)		33,05% a 45,10%
Taxa de juros livre de risco ao ano (média)(e)		2,36%
Efeitos no resultado do período:		
Plano de opções de ações R\$ mil		13
Valor intrínseco do Plano em R\$ mil		185

(a) Preços de exercício das opções corrigidos pelo IPCA. Quantidades e preços de exercício após o desdobramento ocorrido em 15 de agosto de 2012 e cisão parcial da CCX.

(b) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973) uma variante do modelo de Black & Scholes (1973) que considera o pagamento de dividendos (variável não contemplada do modelo de Black & Scholes) - MERTON, R. Theory of Rational Option Pricing. *Bell Journal of Economics and Management Science*, 4 (Spring 1973), 141-83

(c) O preço de fechamento do pregão até 31 de dezembro de 2012, quando a ação MPXE3 foi cotada a R\$11,15

(d) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação histórica da ação MPXE3.

(e) Taxa de referência para ajustes de contratos de SWAP com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA

Plano 2.2 - terceira outorga do plano 2

Opções de ações outorgadas em ações				
Data da outorga	Condições da outorga	Data Maturação	Data Vencimento	Quantidade de opções outorgadas
02/06/2012	Permanecer na Companhia pelo prazo de 7 anos	02/06/2013	02/06/2014	6.000
		02/06/2014	02/06/2015	6.000
		02/06/2015	02/06/2016	6.000
		02/06/2016	02/06/2017	6.000
		02/06/2017	02/06/2018	12.000
		02/06/2018	02/06/2019	12.000
		02/06/2019	02/06/2020	12.000
Total				60.000

		2012	
		Preço de Exercício R\$/ação (a)	Quantidade de opções
Saldo em 2 de junho de 2012		2,97	60.000
Exercidas em 2012		-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (f)		3,06	60.000

(f) Aumento do desconto no preço de exercício de 20% para 60%

		2012
Quantidade total de opções remanescentes		60.000
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012		-
Prazo médio remanescente (anos)		4,08
Valor justo das opções outorgadas em R\$ (b)		8,03
Preço da ação em R\$ (c)		11,15
Preço de exercício das opções em R\$ (a)		3,06

		2012
Volatilidade esperada ao ano (d)		33,73% a 45,59%
Taxa de juros livre de risco ao ano (média)(e)		2,37%
Efeitos no resultado do período:		
Plano de opções de ações R\$ mil		35
Valor intrínseco do Plano em R\$ mil		437

(a) Preços de exercício das opções corrigidos pelo IPCA. Quantidades e preços de exercício após o desdobramento ocorrido em 15 de agosto de 2012 e cisão parcial da CCX.

(b) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973) uma variante do modelo de Black & Scholes (1973) que considera o pagamento de dividendos (variável não contemplada do modelo de Black & Scholes) - MERTON, R. Theory of Rational Option Pricing. *Bell Journal of Economics and Management Science*, 4 (Spring 1973), 141-83

(c) O preço de fechamento do pregão até 31 de dezembro de 2012, quando a ação MPXE3 foi cotada a R\$11,15

(d) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação histórica da ação MPXE3.

(e) Taxa de referência para ajustes de contratos de SWAP com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA

Plano 3

Opções de ações outorgadas em ações				
Data da outorga	Condições da outorga	Data Maturação	Data Vencimento	Quantidade de opções outorgadas
24/11/2011	Permanecer na Companhia pelo prazo de 7 anos	24/11/2012	24/11/2013	209.850
		24/11/2013	24/11/2014	209.850
		24/11/2014	24/11/2015	209.850
		24/11/2015	24/11/2016	209.850
		24/11/2016	24/11/2017	419.700
		24/11/2017	24/11/2018	419.700
		24/11/2018	24/11/2019	419.700
Total				2.098.500

		2012	
		Preço de exercício R\$/ação (a)	Quantidade de opções
Saldo em 31 de dezembro de 2011		5,17	2.098.500
Exercidas em 2012		-	(15.000)
Canceladas em 2012		-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012		5,46	2.083.500

		2012
Quantidade total de opções remanescentes		2.083.500
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012		208.350
Prazo médio remanescente (anos)		4,56
Valor justo das opções outorgadas em R\$ (b)		6,39
Preço da ação em R\$ (c)		11,15
Preço de exercício das opções em R\$ (a)		5,46
Volatilidade esperada ao ano(d)		35,60% a 45,21%
Taxa de juros livre de risco ao ano(média)(e)		2,41%
Efeitos no resultado do período:		
Plano de opções de ações R\$ mil		1.207
Valor intrínseco do Plano em R\$ mil		11.855

(a) Preços de exercício das opções corrigidos pelo IPCA.

(b) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973) uma variante do modelo de Black & Scholes (1973) que considera o pagamento de dividendos (variável não contemplada do modelo de Black & Scholes) - MERTON, R. Theory of Rational Option Pricing. *Bell Journal of Economics and Management Science*, 4 (Spring 1973), 141-83

(c) O preço de fechamento do pregão até 31 de dezembro de 2012, quando a ação MPXE3 foi cotada a R\$11,15

(d) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação histórica da ação MPXE3.

(e) Taxa de referência para ajustes de contratos de SWAP com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA

Plano 3.1 - Segunda outorga do plano 3

Opções de ações outorgadas em ações				
Data da outorga	Condições da outorga	Data Maturação	Data Vencimento	Quantidade de opções outorgadas
31/05/2012	Permanecer na Companhia pelo prazo de 7 anos	31/05/2013	31/05/2014	22.500
		31/05/2014	31/05/2015	22.500
		31/05/2015	31/05/2016	22.500
		31/05/2016	31/05/2017	22.500
		31/05/2017	31/05/2018	45.000
		31/05/2018	31/05/2019	45.000
		31/05/2019	31/05/2020	45.000
Total				225.000

		2012	
		Preço de Exercício R\$/ação (a)	Quantidade de opções
Saldo em 31 de maio de 2012		5,14	225.000
Exercidas em 2012		-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012		5,31	225.000

		2012
Quantidade total de opções remanescentes		225.000
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012		-
Prazo médio remanescente (anos)		5,09
Valor justo das opções outorgadas em R\$ (b)		6,58
Preço da ação em R\$ (c)		11,15
Preço de exercício das opções em R\$ (a)		5,31
Volatilidade esperada ao ano(d)		35,13% a 45,42%
Taxa de juros livre de risco ao ano(média)(e)		2,54%
Efeitos no resultado do período:		
Plano de opções de ações R\$ mil		124
Valor intrínseco do Plano em R\$ mil		1.313

(a) Preços de exercício das opções corrigidos pelo IPCA. Quantidades e preços de exercício após o desdobramento ocorrido em 15 de agosto de 2012.

(b) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973) uma variante do modelo de Black & Scholes (1973) que considera o pagamento de dividendos (variável não contemplada do modelo de Black & Scholes) - MERTON, R. Theory of Rational Option Pricing. *Bell Journal of Economics and Management Science*, 4 (Spring 1973), 141-83

(c) O preço de fechamento do pregão até 31 de dezembro de 2012, quando a ação MPXE3 foi cotada a R\$11,15

(d) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação histórica da ação MPXE3.

(e) Taxa de referência para ajustes de contratos de SWAP com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA

Plano 3.2 - terceira outorga do plano 3

Opções de ações outorgadas em ações				
Data da outorga	Condições da outorga	Data Maturação	Data Vencimento	Quantidade de opções outorgadas
10/07/2				



	2012	
	Preço de exercício R\$/ação (a)	Quantidade de opções
Saldo em 20 de julho de 2012	4,13	22.500
Exercidas em 2012		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4,27	22.500

	2012	
Quantidade total de opções remanescentes		22.500
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012		-
Prazo médio remanescente (anos)		5,23
Valor justo das opções outorgadas em R\$ (b)		7,24
Preço da ação em R\$ (c)		11,15
Preço de exercício das opções em R\$ (a)		4,27
Volatilidade esperada ao ano (d)	35,03% a 45,76%	
Taxa de juros livre de risco ao ano (média)(e)		2,56%

(a) Preços de exercício das opções corrigidos pelo IPCA. Quantidades e preços de exercício após o desdobramento ocorrido em 15 de agosto de 2012.

(b) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973) uma variante do modelo de Black & Scholes (1973) que considera o pagamento de dividendos (variável não contemplada do modelo de Black & Scholes) - MERTON, R. Theory of Rational Option Pricing. *Bell Journal of Economics and Management Science*, 4 (Spring 1973), 141-83

(c) O preço de fechamento do pregão até 31 de dezembro de 2012, quando a ação MPXE3 foi cotada a R\$11,15

(d) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação histórica da ação MPXE3.

(e) Taxa de referência para ajustes de contratos de SWAP com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA

**Plano 3.4 - quinta outorga do plano 3**

Opções de ações outorgadas em ações				
Data da outorga	Condições da outorga	Data Maturação	Data vencimento	Quantidade de opções outorgadas
01/08/2012	Permanecer na Companhia pelo prazo de 7 anos	01/08/2013	01/08/2014	9.000
		01/08/2014	01/08/2015	9.000
		01/08/2015	01/08/2016	9.000
		01/08/2016	01/08/2017	9.000
		01/08/2017	01/08/2018	18.000
		01/08/2018	01/08/2019	18.000
		01/08/2019	01/08/2020	18.000
		Total		90.000

	2012	
	Preço de exercício R\$/ação (a)	Quantidade de opções
Saldo em 1º de agosto de 2012	4,23	90.000
Exercidas em 2012		-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4,35	90.000

	2012	
Quantidade total de opções remanescentes		90.000
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012		-
Prazo médio remanescente (anos)		5,26
Valor justo das opções outorgadas em R\$ (b)		7,19
Preço da ação em R\$ (c)		11,15
Preço de exercício das opções em R\$ (a)		4,35
Volatilidade esperada ao ano (d)	34,92% a 45,66%	
Taxa de juros livre de risco ao ano (média)(e)		2,57%

(a) Preços de exercício das opções corrigidos pelo IPCA. Quantidades e preços de exercício após o desdobramento ocorrido em 15 de agosto de 2012.

## 27. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Os principais compromissos assumidos junto a fornecedores de bens e serviços são os que se seguem:

Empresa	Fornecedor	Objeto do contrato	Assinatura	Vigência	Total contratado em 31/12/2012	Saldo do contrato 31/12/2012	31/12/2011
ITAQUI	MABE	Construção UTE-EPC	27/01/2008	Indeterminado	144.144	144.144	144.144
ITAQUI	Tecnometal	Fornec. de Sist. de Transpor. de Correia p/ carvão	24/07/2009	Indeterminado	121.315	29.227	3.437
ITAQUI	Guimar	Servs. de Gerenc. de Projetos	21/09/2009	29/11/2013	12.615	491	208
ITAQUI	Cargotec	Fornec. de Equipamento de descarregador de navio ****	07/10/2009	31/12/2012	15.845	15.845	326
ITAQUI	CEMEC	Instalação e montagem do sistema de captação de água ****	11/05/2010	21/08/2012	55.115	29.461	32.224
ITAQUI	Carbomil	Fornecimento de Cal Virgem	07/05/2010	07/05/2015	30.000	29.257	6.000
ITAQUI	Diversos	Serviços Elétricos Predial	Diversos	Diversos	14.604	2.853	-
ITAQUI	MCE Engenharia	Serviço de Mecânica e Elétrica / Instrumentação ****	01/05/2012	12/11/2012	26.655	335	-
ITAQUI	Diversos	Construção do Prédio Administrativo	Diversos	Diversos	52.943	28.751	-
ITAQUI	Diversos	Serviços outros	Diversos	Diversos	49.222	16.777	1.650
Parnaíba	GE International	GE Turbina ****	30/05/2011	30/10/2012	143.746	60.594	474.377
Parnaíba	DURO Felguera	Gerenciamento contrato GE ****	30/05/2011	30/10/2012	-	-	10.082
Parnaíba	DURO Felguera	Diversos	30/05/2011	31/10/2013	643.099	118.017	631.957
Parnaíba	Diversos	Construção do Prédio Administrativo	01/06/2011	31/05/2013	15.280	892	130.055
Parnaíba	Diversos	Serviços Diversos	Diversos	Diversos	12.621	8.043	4.060
Amapari	BT Latam Brasil	Instalação de Internet na Planta	07/07/2009	04/05/2014	861	208	181
Amapari	Petrobras	Confissão de dívida de faturas Diesel	28/08/2012	31/01/2013	13.452	5.702	-
Amapari	Petrobras	Confissão de dívida de faturas Diesel	28/08/2012	Indeterminado	13.928	13.928	-
Amapari	Romaga	Manutenção	06/06/2012	04/05/2014	650	395	-
TAUÁ	MPX Comercializadora de Energia	Compra de energia	Diversos	Diversos	27.368	21.895	-
TAUÁ	CORTEZ	Construção	Diversos	Diversos	-	-	65
Porto do Pecem I	Enerconsult	Engenharia do proprietário*	20/12/2007	20/02/2013	13.981	834	433
Porto do Pecem I	Mabe	Construção UTE-EPC*	27/01/2008	Indeterminado	1.315.512	81.257	73.881
Porto do Pecem I	Mabe/Semace	Compensação ambiental*	05/09/2008	Indeterminado	4.571	419	1.002
Porto do Pecem I	Diversos	Engenharia do proprietário*	Diversos	Diversos	11.895	1.274	2.058
Porto do Pecem I	Diversos	Serviços	Diversos	Indeterminado	145.906	84.914	49.875
Porto do Pecem I	TMSA	Correia Transportadora	15/04/2010	Indeterminado	-	-	3.270
Porto do Pecem I	CMC	Carvão	03/12/2010	Indeterminado	58.679	9.014	44.866
Porto do Pecem I	Diversos	Cal	Diversos	Diversos	16.975	16.811	16.975
Porto do Pecem I	Cogerh	Água Bruta	28/10/2010	30/04/2019	40.909	38.410	38.330
Porto do Pecem I	Ipiranga	Óleo Diesel	01/08/2011	01/02/2013	23.327	4.398	10.740
Porto do Pecem I	Estre Ambiental	Resíduos Sólidos	21/06/2011	21/05/2026	33.281	33.281	34.354
Porto do Pecem I	CAGECE	Efluentes	10/11/2011	10/10/2031	26.828	25.277	23.905
Porto do Pecem I	Petrobras	Energia para comercialização****	19/07/2012	11/10/2012	43.233	43.233	-
UTE PARNAÍBA II	INITEC Energia S	EPC	15/08/2011	02/02/2014	613.975	326.571	-
UTE PARNAÍBA II	Diversos	2 Turno geradores	20/08/2012	19/12/2013	129.285	71.344	-
UTE PARNAÍBA II	Diversos	Descarte de água	01/08/2012	31/05/2013	90.759	84.975	-
UTE PARNAÍBA II	Diversos	Serviços Diversos	Diversos	Diversos	20.800	6.021	-
AÇÚ	LLX Açú	Arrendamento/Aluguel	13/01/2010	13/01/2045	133.741	115.539	15.278
AÇÚ	Diversos	Serviços Diversos	03/03/2010	Indeterminado	-	-	505
SUL	Diversos	Serviços Diversos	Diversos	Diversos	-	-	1.546
PECÉM II	Mabe	Construção UTE-EPC****	06/11/2008	06/06/2012	-	-	166.059
PECÉM II	Diversos	Linha de Transmissão e Turbinas	Diversos	Diversos	58.066	12.359	7.872
PECÉM II	Diversos	Serv. Mão de obra	Diversos	Diversos	37.381	17.754	3.621
PECÉM II	SEMACE	Compensação ambiental**	05/09/2008	Indeterminado	4.850	1.859	2.348
PECÉM II	REX	Locação Operacional	01/01/2009	01/10/2042	45.283	41.072	45.937
PECÉM II	Diversos	Carvão****	25/05/2012	31/12/2012	42.161	34.070	-
PECÉM II	Diversos	Serviços	Diversos	Diversos	25.249	14.403	15.430
MPX	Diversos	Serv. Administrativos Diversos	Diversos	Diversos	22.275	13.110	23.275
MPX	Diversos	Serv. Jurídicos	Diversos	Indeterminado	5.739	1.205	-
COMERCIALIZADORA	Diversos	Venda de energia - Novelis***	08/09/2009	31/12/2013	275.594	142.378	136.470
COMERCIALIZADORA	Diversos	Compra de energia - CPFL***	01/09/2009	31/12/2013	397.055	182.854	282.048
Parnaíba IV	Wártisilä	Contrato de EPC	06/11/2012	Indeterminado	55.415	48.947	-
Parnaíba Part.	Bertin	Opção de compra do projeto Nova Venecia****	09/05/2012	12/11/2012	15.350	6.250	-
Ventos	CSRX	Compra de parque eólico	30/07/2012	Indeterminado	11.100	8.100	-
					5.112.636	1.994.748	2.438.844

(\*) Os valores apresentados incluem compromissos assumidos pela controlada em conjunto Porto do Pecém Geração de Energia S.A., em montante equivalente ao percentual de participação da Companhia (50%).

(\*\*) Os valores de compensação ambiental estão sendo considerados na medida em que os custos das obras são incorridos.

(\*\*\*) Refere-se a uma operação de compra (CPFL) e venda (Novelis) de energia para um período de 2011 a 2013 através de quantidades de energia e preços fixados. Com isto, os referidos preços de compras e vendas não estão sujeitos a flutuações do mercado de energia.

(\*\*\*\*) Estes contratos estão em processo de renovação.

## 28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as coberturas de seguros eram:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Danos materiais	7.289.587	4.819.746
Responsabilidade Civil	567.253	549.968

## 29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8 e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas, fornecidas ao principal gestor para a tomada de decisão.

A Administração da Companhia toma suas decisões com base em quatro segmentos de negócios, os quais estão sujeitos a riscos e remunerações gerenciados por decisões centralizadas, a saber: geração de energia, comercialização de energia, suprimentos e corporativos.

A atividade atual é gerenciada por um gestor principal, sendo este quem aloca e avalia o desempenho do segmento operacional. No caso da Companhia esse gestor é o Diretor Presidente.

Na medida em que seus empreendimentos progredirem, a Administração pretende reavaliar possíveis segmentações de negócios para prover o mercado com informações reais e qualitativas.

(b) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973) uma variante do modelo de Black & Scholes (1973) que considera o pagamento de dividendos (variável não contemplada do modelo de Black & Scholes) - MERTON, R. Theory of Rational Option Pricing. *Bell Journal of Economics and Management Science*, 4 (Spring 1973), 141-83

(c) O preço de fechamento do pregão até 31 de dezembro de 2012, quando a ação MPXE3 foi cotada a R\$11,15

(d) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação histórica da ação MPXE3.

(e) Taxa de referência para ajustes de contratos de SWAP com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA

## 24. RECEITA OPERACIONAL

A conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta fiscal	541.643	190.389
Menos		
Impostos sobre vendas	(50.703)	(22.110)
Total da receita contábil	490.940	168.279

## 25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Depreciação e amortização	(1.535)	(1.120)	(12.921)	(9.568)
Despesas com pessoal	(26.094)	(41.818)	(87.191)	(102.759)
Serviços de terceiros	(59.983)	(46.683)	(116.916)	(99.902)
Despesas com aluguéis	(8.061)	(7.803)	(16.392)	(20.289)
Despesas com opções de ações outorgadas	(52.253)	(50.774)	(52.306)	(50.774)
Provisão perdas de investimento	-	(31.744)	(1.346)	(37.062)
Provisão passivo a descoberto	(14.363)	(27.771)	-	-
Outras despesas	(6.417)	(7.539)	(32.629)	(23.367)
Insumos	-	-	(74.034)	(68.270)
Benefício CCC	-	-	58.936	71.366
Energia elétrica para revenda	-	-	(543.457)	(137.021)
	(168.706)	(215.252)	(878.256)	(477.646)

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Classificados como		
Custo	-	-
Despesas administrativas e gerais, Outras receitas/despesas e opções de ações outorgadas	(168.706)	(215.252)
	(597.554)	(163.778)

## 26. RESULTADO FINANCEIRO

A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Despesas financeiras				
Comissão sobre fianças bancárias	-	-	-	-
Despesas bancárias	(46.230)	(8.347)	(51.519)	(12.217)
Juros e multas	-	-	-	-
Variação monetária	(4.156)	(26)	(89.793)	(101.363)
Perda nas operações com derivativos	(1.561)	(8.635)	29.018	(1.490.567)
Juros/custo debêntures	(130.864)	(60.105)	(130.864)	(53.875)
Valor justo debêntures	-	(62.003)	-	(62.003)
Outros	(22.127)	(32.194)	(49.662)	(69.249)
	(204.938)	(171.310)	(292.820)	(1.789.274)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	65.324	94.932	85.136	97.351
Variação monetária	3.205	3	74.258	52.237
Ganhos (perdas) nas operações com derivativos	5.592	28.348	(66.739)	1.428.370
Valor justo debêntures				



	31/12/12					Cisão/ Transferências	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
	Geração de Energia	Suprimentos	Corporativo	Outros				
<b>Balanco patrimonial - passivo</b>	<b>8.741.066</b>	<b>5.589</b>	<b>3.642.481</b>	<b>179.597</b>			<b>9.451.180</b>	
<b>Circulante</b>	<b>1.425.975</b>	<b>235</b>	<b>947.342</b>	<b>61.763</b>			<b>2.407.159</b>	
Empréstimos e financiamentos	985.713	-	924.352	5.337	-	-	1.915.402	
Fornecedores	180.997	33	3.849	43.759	-	-	228.638	
Perdas em operações com derivativos	39.506	-	-	-	-	-	39.506	
Partes relacionadas	35.133	24	6.523	6.900	-	(26.116)	22.464	
Debêntures	-	-	111	-	-	-	111	
Outros passivos circulantes	184.626	178	12.507	5.767	-	(2.040)	201.038	
<b>Não Circulante</b>	<b>4.735.787</b>	<b>-</b>	<b>125.547</b>	<b>12.084</b>			<b>4.339.446</b>	
<b>Exigível longo prazo</b>	<b>4.042.098</b>	<b>-</b>	<b>102.175</b>	<b>7.674</b>			<b>4.151.947</b>	
Empréstimos e financiamentos	7.636	-	-	2.795	-	-	10.431	
Partes relacionadas	512.434	-	-	1.077	-	(513.296)	215	
Debêntures	-	-	4.954	-	-	-	4.954	
Perdas em operações com derivativos	166.992	-	-	-	-	-	166.992	
Outros passivos não circulantes	6.627	-	18.418	538	-	(20.676)	4.907	
<b>Acionistas não controladores</b>	<b>2.284</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.143</b>			<b>151.548</b>	
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.577.020</b>	<b>5.354</b>	<b>2.569.592</b>	<b>104.607</b>			<b>2.549.600</b>	

	31/12/12					Cisão/ Transferências	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
	Geração de Energia	Suprimentos	Corporativo	Outros				
<b>Demonstração do resultado</b>								
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>215.320</b>	<b>779</b>	<b>-</b>	<b>186.862</b>	<b>87.979</b>	<b>-</b>	<b>490.940</b>	
<b>Custo de Bens e/ou Serviços vendidos</b>	<b>(311.442)</b>	<b>(669)</b>	<b>-</b>	<b>(189.194)</b>	<b>(96.249)</b>	<b>-</b>	<b>(597.554)</b>	
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(74.498)</b>	<b>(865)</b>	<b>(154.317)</b>	<b>(22.222)</b>	<b>(28.382)</b>	<b>-</b>	<b>(280.284)</b>	
<b>Outros resultados operacionais</b>	<b>(570)</b>	<b>-</b>	<b>(14.389)</b>	<b>73</b>	<b>106</b>	<b>14.362</b>	<b>(418)</b>	
<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(230.120)</b>	<b>(1)</b>	<b>(2.327)</b>	<b>198.213</b>	<b>(34.235)</b>	
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(100.163)</b>	<b>(110)</b>	<b>(62.096)</b>	<b>6.309</b>	<b>28.519</b>	<b>-</b>	<b>(127.541)</b>	
<b>Provisão dos tributos correntes e diferidos</b>	<b>89.755</b>	<b>-</b>	<b>25.720</b>	<b>237</b>	<b>(1.074)</b>	<b>-</b>	<b>114.638</b>	
<b>Participação de não controladores</b>	<b>(961)</b>	<b>203</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>(748)</b>	
<b>Lucro/Prejuízo do período</b>	<b>(182.559)</b>	<b>(662)</b>	<b>(435.202)</b>	<b>(17.936)</b>	<b>(11.418)</b>	<b>212.575</b>	<b>(435.202)</b>	

	31/12/2011					Cisão/ Transferências	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
	Geração de energia	Comercialização energia	Suprimentos	Corpo- rativo	Outros			
Balanco patrimonial - ativo	7.093.202	32.753	374.562	2.951.777	9.055	(1.679.863)	8.781.486	
Circulante	656.730	31.819	23.371	1.239.212	1.836	(169.454)	1.783.514	
Caixa e equivalentes de caixa	451.590	14.272	15.795	960.257	481	-	1.442.415	
Contas a receber de clientes	10.657	10.827	414	-	-	-	21.898	
Títulos e valores mobiliários	9.437	-	-	-	-	-	9.437	
Estoque	84.765	-	-	-	1.173	-	85.938	
Subsídios a receber - CCC	4.828	-	-	-	-	-	4.828	
Ganhos em operações com derivativos	29.500	-	-	19.289	-	-	48.789	
Depósitos vinculados	42.866	3.878	-	56.727	-	-	103.471	
Outros ativos circulantes	23.086	2.842	7.163	202.939	182	(169.454)	66.738	
Não circulante	6.436.472	934	351.191	1.712.565	7.219	(1.510.409)	6.997.972	
Realizável a longo prazo								
Partes relacionadas	12.104	-	-	24.173	-	(31.636)	4.640	
Subsídios a receber - CCC	24.617	-	-	-	-	-	24.617	
Impostos diferidos	343.286	-	370	88.680	-	-	432.336	
Ganhos em operações com derivativos	705.020	-	-	-	-	-	705.020	
Depósitos vinculados	20.844	-	-	55	-	-	20.899	
Outros ativos não circulantes	23.780	919	33.009	35.585	-	-	93.293	
Investimentos	8.016	-	1.276	1.540.693	-	(1.494.243)	55.743	
Imobilizado	5.102.046	2	241.003	21.641	7.219	21.897	5.393.809	
Intangível	196.759	13	75.533	1.739	-	(6.427)	267.616	
Diferido	28.338	-	15.474	-	-	-	-	
Balanco patrimonial - passivo	7.093.202	32.753	374.562	2.951.777	9.055	(1.679.863)	8.781.486	
Circulante	1.122.685	13.615	371.589	157.784	175	(6.490)	1.659.358	
Empréstimos e financiamentos	642.383	-	282.018	106.286	-	-	1.030.687	
Fornecedores	134.790	11.699	38.899	1.298	37	(43)	186.680	
Perdas em operações com derivativos	116.133	-	-	-	-	-	116.133	
Partes relacionadas	5.427	420	362	3.934	-	(6.447)	3.697	
Debêntures	-	-	-	30.463	-	-	30.463	
Outros passivos circulantes	223.952	1.496	50.310	15.804	138	-	291.699	
Não circulante	4.317.502	-	26	1.476.193	1.020	(44.958)	5.749.783	
Exigível longo prazo								
Empréstimos e financiamentos	3.311.063	-	-	-	-	-	3.311.063	
Impostos diferidos	106.527	-	-	-	-	-	106.527	
Partes relacionadas	30.956	-	-	3	1.020	(31.639)	340	
Debêntures	-	-	-	1.465.155	-	-	1.465.155	
Perdas em operações com derivativos	861.818	-	-	-	-	-	861.818	
Outros passivos não circulantes	7.137	-	26	11.035	-	(13.318)	4.879	
Acionistas não controladores	2	-	-	-	-	98.355	98.357	
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	1.653.014	19.138	2.948	1.317.799	7.859	(1.726.771)	1.273.987	
Demonstração do resultado								
Receita operacional líquida	33.344	134.991	406	-	-	(462)	168.279	
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(23.405)	(138.580)	(1.338)	-	(513)	56	(163.372)	
Despesas operacionais	(80.204)	(697)	(39.338)	(156.305)	(1.390)	-	(277.934)	
Outros resultados operacionais	362	-	(5.186)	(58.948)	-	27.837	(35.933)	
Equivalência patrimonial	(1.051)	-	(75)	(218.459)	-	191.868	(27.717)	
Resultado financeiro	(167.283)	7.839	1.627	(44.114)	(138)	1.046	(201.024)	
Provisão dos tributos correntes e diferidos	70.022	(1.185)	(5.221)	69.272	-	-	132.889	
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(3.740)	
Lucro/prejuízo do exercício	(168.213)	2.369	(49.125)	(408.553)	(2.041)	220.345	(408.553)	

#### Informações geográficas

Os quatro segmentos acima descritos estão divididos geograficamente em três áreas distintas, conforme evidencia o resumo abaixo:

##### • Sistema Norte-Nordeste

O Sistema Norte-Nordeste é composto pelas unidades de Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., Porto do Pecém Geração de Energia S.A., MPX Porto do Pecém II Geração de Energia S.A., UTE Parnaíba Geração de Energia Ltda., MPX Tauá Energia Solar Ltda. e Amapari Energia S.A.

A planta Porto do Itaqui, usina termelétrica a carvão térmico, está localizada nas proximidades do Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, e sua capacidade de geração de energia será de 360 MW com contrato de venda de energia firmado a partir de 2012.

Já as usinas termelétricas a carvão pulverizado Porto do Pecém Geração de Energia S.A. e MPX Pecém II Geração de Energia S.A. estão localizadas na região do Porto do Pecém, no Estado do Ceará, possuindo capacidades instaladas de 720 MW e 360 MW, respectivamente.

Ainda na região do Ceará, encontra-se localizada a MPX Tauá, empresa de geração de energia solar, que possui licenciamento ambiental aprovado para capacidade de geração de energia de 5MW, com uma unidade de 1MW já instalada.

A Amapari, Produtor Independente de Energia (PIE) no sistema isolado, compreende uma usina termelétrica de geração de energia a partir do óleo diesel, localizada no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá, com capacidade instalada de 23 MW.

A MPX Parnaíba, complexo de geração térmica a gás natural, encontra-se localizada estrategicamente no bloco PN-T-68 da Bacia do Parnaíba, no Estado do Maranhão. O Empreendimento já conta com Licença da Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão (SEMA) e sua potência total é prevista em 3.722 MW.

##### • Sistema Sul-Sudeste

O Sistema Sul-Sudeste é composto pelas unidades de Porto do Açú Energia S.A., Nova Sistemas de Energia Ltda., MPX Sul Energia S.A. e Seival Sul Mineração Ltda.

A MPX Açú é o maior complexo de geração *greenfield* licenciado no Sudeste do Brasil, com 5,4 GW. A MPX possui licença de instalação, emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (INEA), para 2.100 MW, utilizando carvão mineral importado como combustível. Além disso, possui licença prévia para a construção de uma usina térmica a gás natural com capacidade de 3.330 MW. As duas plantas serão localizadas próximas à subestação de Campos dos Goytacazes e aos blocos exploratórios de gás natural da Bacia de Campos.

A mina de Seival Sul, localizada no Município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul, possui reservas comprovadas de 152 milhões de toneladas de carvão mineral. Nesta mesma área, serão construídos os projetos termelétricos da MPX Sul e da UTE Seival, usinas que terão capacidade instalada de 727 MW e 600 MW, respectivamente, sendo que, a partir da integração com a mina de Seival Sul, serão o suprimento de combustível garantido por 30 anos.

##### • Sistema Internacional

O Sistema Internacional é composto pela unidade da CGX Castilla Generación Ltda., que desenvolve um projeto integrado, sendo uma usina termelétrica, um porto e uma dessalinizadora, a partir de 6 módulos de 350 MW de carvão pulverizado importado. O empreendimento está situado na costa chilena, a aproximadamente 700 quilômetros ao norte de Santiago, e deverá ser conectado a um sistema que abastece 92% da população do país.

#### 30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 02 de janeiro de 2013, a MPX comunicou que, em 21 de dezembro de 2012, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA/MA) emitiu Licença de Operação para a Usina Termelétrica Parnaíba I.

Em 21 de janeiro de 2013, a MPX comunicou que, em 19 de janeiro de 2013, a primeira turbina da Usina Termelétrica Parnaíba I ("UTE Parnaíba I"), com capacidade instalada de 169 MW, realizou a primeira sincronização com o Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 20 de janeiro de 2013, a turbina atingiu sua capacidade nominal, e está operando em teste desde então. A UTE Parnaíba I, parceria 70/30 entre a MPX e a Petra Energia S.A., é composta por quatro turbinas à gás de 169 MW cada, totalizando uma capacidade instalada de 676 MW.

Em 22 de janeiro de 2013, a MPX comunicou que, em reunião de diretoria realizada na mesma data, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") aprovou a alteração do cronograma de implantação das usinas termelétricas Porto de Pecém II ("UTE Pecém II") e Parnaíba I ("UTE Parnaíba I"), bem como da data de início de suprimento prevista nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). A Aneel aprovou a postergação do início de suprimento de energia da UTE Pecém II (365 MW) para 01 de junho de 2013 e da UTE Parnaíba I (676 MW) para 01 de abril de 2013 ou, em ambos os casos, a data de efetivo início da operação comercial das usinas, o que ocorrer primeiro.

Em 23 de janeiro de 2013, a MPX comunicou que, sua empresa-coligada, OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A. ("OGX Maranhão"), apresentou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Declaração de Comercialidade da acumulação de Bom Jesus, descoberta nos Blocos PN-T-67 e PN-T-68, na Bacia do Parnaíba. A declaração de comercialidade apresentada, relativa à acumulação de Bom Jesus, será denominada de Campo de Gavião Branco. O Plano de Desenvolvimento do campo será submetido em breve à ANP. A OGX Maranhão estima um volume total in situ entre 0,2 e 0,5 Tcf de gás para este campo.

Em 01 de fevereiro de 2013, a UTE Parnaíba I ("Parnaíba I"), no estado do Maranhão, recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para iniciar a operação comercial da primeira turbina, com capacidade instalada de 169 MW. Parnaíba I tem capacidade instalada total de 676 MW, composta por quatro turbinas a gás de 169 MW cada.

Em 05 de fevereiro de 2013, a Usina Termelétrica Porto do Itaqui ("Itaqui" ou "Empreendimento") recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para iniciar a operação comercial, com capacidade instalada de 360 MW. Com a aprovação da Declaração de Operação Comercial, o Empreendimento passa a ser remunerado segundo os termos do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) assegurado no leilão de energia A-5 de 2007.

Em 8 de fevereiro a MPX anuncia que, a segunda turbina da Usina Termelétrica Parnaíba I, com capacidade instalada de 169 MW, realizou a primeira sincronização com o Sistema Interligado Nacional (SIN). No mesmo dia, a turbina atingiu sua capacidade nominal e está operando em teste desde então.

A primeira turbina da UTE Parnaíba I está gerando a capacidade plena desde 20 de janeiro de 2013, tendo sido autorizada a iniciar geração comercial em 19 de fevereiro de 2013. Com a sincronização da segunda turbina, a usina atingiu a potência nominal de 338 MW, com consumo de gás natural equivalente a 2,1 milhões de metros cúbicos por dia.

O gás natural utilizado pela UTE Parnaíba I é suprido pela empresa coligada, OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A., uma sociedade formada entre MPX (33,3%) e OGX Petróleo e Gás Participações S.A. (66,6%).

A UTE Parnaíba I, parceria 70/30 entre a MPX e a Petra Energia S.A., é composta por quatro turbinas à gás de 169 MW cada, totalizando uma capacidade instalada de 676 MW.

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eike Fuhrken Batista (Presidente)

Eliezer Batista da Silva (Vice-Presidente)

Aziz Ben Ammar

Christopher David Meyn

Flavio Godinho

Luiz Eduardo Guimarães Carneiro

Luiz do Amaral de França Pereira

Paulo Monteiro Barbosa Filho

Ricardo Luiz de Souza Ramos

Rodolpho Tourinho Neto

Samir Zraick

Stein Dale

#### DIRETORIA

Eduardo Karrer (Presidente e Diretor de Relações com Investidores)

Rudolph Inhs

Xisto Vieira Filho

Marcus Bernd Temke

Bruno de Rossi Chevalier

#### Contadora

Ana Paula Vergetti Diniz

CRC nº 087040/O-9

#### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da MPX Energia S.A. - Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MPX Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

##### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

##### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião